

23/07/2019

## Grande Imprensa

### **BLOG DO LUÍS NASSIF**

[Lançado na Europa mapa do envenenamento de alimentos no Brasil](#)

### **LEIA JÁ**

[Em rede social, ministro ironiza protesto feito pela UNE](#)

### **MIDIAMAX**

[Confira a agenda da SBPC: palestras e conferências no maior evento científico feito na UFMS](#)

### **TRIBUNA DE PETRÓPOLIS - RJ**

[Autora de projeto de inclusão na educação é selecionada para curso na Irlanda](#)

### **TRIBUNA DO AGRESTE**

[EAD e formação de Professores](#)

### **TRIBUNA DO SERTÃO**

[EAD e formação de Professores](#)

### **PORTAL EXAME**

[Canabidiol diminui agressividade, diz estudo da USP](#)

### **G1**

[Após admitir PIB menor, governo anuncia bloqueio de R\\$ 1,44 bilhão em gastos no orçamento](#)

### **PORTAL ISTOÉ**

[SBPC discute desafios para a ciência e tecnologia no país](#)

### **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[SBPC discute desafios para a ciência e tecnologia no país](#)

### **BAHIA NO AR - BA**

[Ministério da Economia anuncia bloqueio em gastos no orçamento](#)

### **CLICKPB**

[Governo anuncia bloqueio de R\\$ 1,44 bilhão em gastos no orçamento](#)

### **G1**

[Universidade Federal de MS recebe 71ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência](#)

### **MEIO NORTE - PI**

[Governo anuncia novo bloqueio de R\\$ 1,44 bi no orçamento do ano](#)

### **MIDIAMAX**

[Confira a agenda da SBPC - palestras e conferências no maior evento científico feito na UFMS](#)

### **PARA+**

[Pesquisa busca novo tratamento para câncer cerebral](#)

### **PBAGORA**

[Bolsonaro anuncia bloqueio de R\\$ 1,44 bi; saúde e educação atingidos](#)

### **TERRA**

[FNDE apresenta as alterações do PNLD 2020](#)

### **O GLOBO - RJ**

[O futuro das Federais](#)

### **CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[A inércia do erro](#)

[Avaliação do servidor público](#)

## Mudanças chegam ao Conad

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

Ministro da Educação, Abraham Weintraub discute com manifestantes no Pará

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

SOS...

"Parafbas" e "melancias"

Especialistas defendem monitoramento

**O GLOBO - RJ**

União bloqueia mais R\$ 1,4 bilhão do Orçamento

Sob controle

**VALOR ECONÔMICO - SP**

Reitores esperam detalhes sobre plano do MEC e estudam até plebiscito

**MEIO NORTE - PI**

Educação de Teresina será modelo para Pernambuco

Escolas recebem orientações sobre o Censo Escolar

**O ESTADO - MS**

Ano letivo será mantido mesmo com adiamento na volta às aulas

Atividade faz parte da 71ª edição da reunião da SBPC, realizada na UFMS

**AGÊNCIA FOLHA**

Ministro da Educação, Abraham Weintraub discute com manifestantes no Pará

**CORREIO WEB**

MEC tira dúvidas sobre o programa Future-se

Bolsonaro não vai impedir divulgação de dados pelo Inpe, diz porta-voz

**G1**

UEPB vai ampliar carga horária e disponibilizar conteúdo online da disciplina de Libras

Anúncio de programa do MEC deixa reitores de universidades federais apreensivos

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

Não há intenção de ferir a transparência de dados do Inpe, diz porta-voz

## **CORREIO POPULAR – SP - BRASIL**

### **Região se destaca na matemática**

Cento e trinta e cinco alunos da rede estadual de ensino da região de Campinas, que abrange 87 cidades, conquistaram medalhas na 14ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) realizada em 2018. Doze estudantes receberam medalhas de ouro, 38 de prata e 85 de bronze. O resultado foi anunciado este mês. Ao todo, 18,2 milhões de estudantes se inscreveram na disputa, sendo que cerca de 953 mil avançaram para a segunda e última fase. Houve ainda premiações destinadas a 19 professores e quatro escolas, que tiveram seu trabalho e desempenho reconhecidos. Os educadores são homenageados com diplomas e livros, enquanto as escolas recebem kits com material didático.

Organizada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), e promovida com recursos do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a 14ª edição da Obmep reuniu concorrentes de aproximadamente 55 mil instituições de ensino públicas e privadas, contemplando quase todos os municípios brasileiros.

Além das medalhas, os vencedores têm a oportunidade de participar do Programa de Iniciação Científica Jr. (PIC). E para estudantes medalhistas que pretendem cursar o Ensino Superior ainda é oferecida a possibilidade de participar do Programa de Iniciação Científica e Mestrado (Picme). Por meio dessa iniciativa, alunos podem participar de estudos avançados em matemática simultaneamente com sua graduação. Em ambas as modalidades, os alunos contemplados recebem um auxílio financeiro, com uma bolsa mensal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Na semana retrasada, 575 jovens receberam o prêmio máximo (medalha de ouro) em cerimônia realizada em Salvador, na Bahia. O evento contou com a presença do ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes. Ele o recordou a infância e a juventude em Bauru (SP) com o objetivo de mostrar à plateia de meninos e meninas que a educação muda vidas e que é possível transformar sonhos em realidade. “Vocês podem ser tudo o quiserem na vida, desde que estudem, trabalhem, persistam e façam mais do que esperam de vocês”, declarou Pontes, repetindo o conselho que recebeu da mãe, Zuleika, quando pensou em desistir da meta de se tornar piloto de aviação. “Vocês têm a capacidade de levantar este País”, acrescentou.

topo ↕

## **BLOG DO LUÍS NASSIF - BLOG**

### **Lançado na Europa mapa do envenenamento de alimentos no Brasil**

Do Jornal da USP

Um ousado trabalho de geografia que mapeou o nível de envenenamento dos alimentos produzidos no Brasil foi lançado em maio, em Berlim, na Alemanha, país que contraditoriamente sedia as maiores empresas agroquímicas do mundo. Quem estava presente no lançamento do atlas Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia ficou perplexo com a informação sobre o elevado índice de resíduos agrotóxicos permitidos em alimentos, na água potável, e que, potencialmente, contamina o solo, provoca doenças e mata pessoas. A obra, que já foi publicada no Brasil, é de autoria da geógrafa Larissa Mies Bombardi, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

O Brasil é campeão mundial no uso de pesticidas na agricultura, alternando a posição dependendo da ocasião apenas com os Estados Unidos. O feijão, a base da alimentação brasileira, tem um nível permitido de resíduo de malationa (inseticida) que é 400 vezes maior do que aquele permitido pela União Europeia; na água potável brasileira permite-se 5 mil vezes mais resíduo de glifosato (herbicida); na soja, 200 vezes mais resíduos de glifosato, de acordo com o estudo, que é rico em imagens, gráficos e infográficos. “E como se não bastasse o Brasil liderar este perverso ranking, tramita no Congresso nacional leis que flexibilizam as atuais regras para registro, produção, comercialização e utilização de agrotóxicos”, relata Larissa.

A pesquisadora explica que o lançamento do atlas na Europa se deu pelo fato de a Alemanha sediar a Bayer/Monsanto e a Basf, indústrias agroquímicas que respondem por cerca de 34% do mercado mundial de agrotóxicos. A Monsanto, recentemente incorporada ao grupo Bayer, é a líder mundial de vendas do glifosato, cujos subprodutos têm sido associados a inúmeras doenças, incluindo o câncer e o Alzheimer. “Queríamos promover discussão sobre a contradição de sediarem indústrias que controlam toda a cadeia alimentar agrícola – das sementes, agrotóxicos e fertilizantes – e serem rigorosos

quanto ao uso de mais de um terço dos pesticidas que são permitidos no Brasil. Eles são corresponsáveis pelos problemas gerados à população porque vendem e exportam substâncias sabidamente perigosas, porém, proibidas em seu território”, diz.

Segundo a geógrafa, as perdas não se limitam à contaminação de alimentos e dos cursos d’água. O atlas traz informações de que, depois de extensa exposição aos agrotóxicos, ocorrem também casos de mortes e suicídios associados ao contato ou à ingestão dessas substâncias.

Entre 2007 e 2014, o Ministério da Saúde teve cerca de 25 mil ocorrências de intoxicações por agrotóxicos. O atlas mapeia as regiões mais afetadas: dos Estados brasileiros, durante o período da pesquisa, o Paraná ficou em primeiro lugar, com mais de 3.700 casos de intoxicação. São Paulo e Minas Gerais ficaram na segunda colocação, com 2 mil. Das 3.723 intoxicações registradas no Paraná, 1.631 casos eram de tentativas de suicídio, ou seja, 40% do total. Em São Paulo e Minas Gerais o percentual foi o mesmo. No Ceará, houve 1.086 casos notificados, dos quais 861 correspondiam a tentativas de suicídio, cerca de 79,2%. Os mapas de faixa etária mostram que 20% da população afetada era composta de crianças e jovens com idade até 19 anos. Segundo Larissa, no Brasil, há relação direta entre o uso de agrotóxicos e o agronegócio. Em 2015, soja, milho e cana de açúcar consumiram 72% dos pesticidas comercializados no País.

O atlas Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia, em português, foi lançado no Brasil em 2017 e traz um conjunto de mais de 150 imagens entre mapas, gráficos e infográficos que abordam a realidade do uso de agrotóxicos no Brasil e os impactos diretos deste uso no País. A pesquisa que deu origem à publicação teve o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Em Berlim, o lançamento aconteceu na sede do ENSSER (European Network of Scientists for Social and Environmental Responsibility), rede europeia sem fins lucrativos que reúne cientistas ativistas responsáveis ambiental e socialmente, em Glasgow, Escócia. O suporte financeiro para o lançamento do atlas na Europa foi da FFLCH e da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP.

topo 

## LEIA JÁ - NOTÍCIAS

### **Em rede social, ministro ironiza protesto feito pela UNE**

### **Ministro da Educação ironizou vídeo no qual universitários acusam policiais de agressão**

Após confronto entre policiais e integrantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorrido durante protesto em frente à sede do Ministério da Educação (MEC) em Brasília, o ministro da Educação Abraham Weintraub replicou vídeo, no sábado (20), do momento da manifestação, postado inicialmente pelo perfil UFF Livre Campos dos Goytacases. O vídeo aparece intitulado como “Vagabundos da UNE tomando um sacode na frente do MEC ao som de Sweet Dreams”.

Via Twitter, o ministro ironizou a confusão mostrada no vídeo. “Sem mais comentários (apenas que a música é boa e é do meu tempo...)”, publicou o ministro, fazendo referência à música de fundo que estava tocando enquanto acontecia a manifestação.

Em outro post, feito nesse domingo (21), o chefe da pasta voltou a criticar a UNE. “Reverendo manifestações da UNE, percebo que seus jovens líderes perderam uma ótima pauta na Nova Previdência: alunos que estudem mais de 35 anos em Federais passam a ter direito à bolsa vitalícia da **Capes**, propriedade dos alojamentos estudantis e prioridade na fila do bandeirão”.

O protesto foi organizado pela UNE na última terça-feira (16), contra a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. O ato aconteceu um dia antes da apresentação do programa Future-se, que prevê uma série de medidas na educação superior. Na ocasião, inclusive, esteve presente o novo presidente da UNE, Iago Montalvão, que após manifestar-se em público, foi convidado a sentar-se ao lado do ministro para ouvir a proposta.

Ainda sobre o conflito, o Ministério da Educação repudiou o ato em que, segundo a pasta, os universitários teriam furado o bloqueio feito pelos policiais na entrada do Ministério e um dos estudantes agrediu com objetos a tropa que fazia a segurança no local.

“O Ministério da Educação (MEC) repudia o ato violento, ocorrido na tarde desta terça-feira, 16 de julho, contra policiais militares. Os PMs estavam em serviço para garantir a ordem pública e evitar possíveis danos ao patrimônio e aos servidores da sede da pasta, em Brasília”, comunicou a pasta.

Abraham Weintraub também reforçou na rede social que “esse tipo de ato é inadmissível” e parabenizou os policiais em vídeo. De acordo com Iago Montalvão, a reunião dos estudantes em frente ao MEC foi pacífica, mas, segundo ele, estudantes foram covardemente agredidos. “Nós estávamos aqui pacificamente para demonstrar a nossa indignação com quem tira dinheiro da educação e quer privatizar a universidade pública e a polícia quis nos tirar a força da frente do MEC. Nos agrediram de forma brutal e covarde”, desabafou o presidente da UNE.

topo 

## **MIDIAMAX - TEMPO REAL**

**Confira a agenda da SBPC: palestras e conferências no maior evento científico feito na UFMS**

**Programação científica terá mesas redondas, palestras e conferências até às 18h**

A 71ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, maior evento científico da América Latina, que começou no domingo (21) e é realizado na UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) terá 18 atividades diferentes nesta segunda-feira (22), entre mesas redondas, palestras e conferências.

O tema deste ano da feira é “Ciência e Inovação nas Fronteiras da Bioeconomia, da Diversidade e do Desenvolvimento”, e ao todo haverá mais de 250 atividades até o sábado (27), último dia do evento.

Além das discussões científicas, também haverá apresentação cultural. Para esta segunda-feira está programada a apresentação dos grupos Muchileiros e Masis Brasil. Os shows acontecem às 12h e às 18h, respectivamente, no Palco Cultural.

No Palco Moreninho, às 15h, apresenta-se o coral da UnAPI/UFMS (Universidade

# CLIPPING



Aberta à Pessoa Idosa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). Na programação da SBPC Cultural desta segunda-feira estão também contação de estórias, apresentações teatrais e outras atividades do projeto “Leishmania Não”.

Confira a programação completa:  
SBPC Inovação

Conferência: Aplicações e potencial de inovação com biomassas oleaginosas e lignocelulósicas (SBPC Inovação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 10h30 às 12h00

Conferencista: Carolina Maria Machado de Carvalho (SENAI)

Apresentador: Leandro Gustavo Schneider Neves (SENAI)

FACOM – Bloco 14 – Auditório 2

Conferência: Que meleca é essa? É a matéria mole (SBF) (SBPC Inovação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 10h30 às 12h00

Conferencista: Elisabeth Andreoli de Oliveira (UnB)

Apresentador: Marcos Assunção Pimenta (UFMG)

FACOM – Bloco 14 – Auditório 1

Mesa-Redonda: Bioprospecção de produtos naturais (SBPC Inovação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 15h30 às 18h00

Coordenadora: Anelise Samara Nazari Formagio (UFGD)

Palestrantes: Arquimedes Gasparotto Junior (UFGD), Norberto Peporine Lopes (USP) e Rodrigo Juliano Oliveira (UFMS)

FACOM – Bloco 14 – Auditório 1

Mesa-Redonda: Imunologia de tumores (SBI – Imunologia) (SBPC Inovação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 15h30 às 18h00

Coordenador: Martin Hernan Bonamino (INCA)

Palestrantes: Kelly Grace Magalhães (UnB), Cristina Beatriz Cazabuena Bonorino (UFCSPA) e Claudia Esther Alicia Rocio Hassan (INCA)

FACOM – Bloco 14 – Auditório 2

SBPC Educação

# CLIPPING



Conferência: **Perspectivas da pós-graduação no Brasil (SBPC Educação)**

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 10h30 às 12h00

Conferencista: **Anderson Ribeiro Correia (CAPES)**

Apresentador: Marcio de Castro Silva Filho (FOPROP)

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 003

Palestra: **Inclusão – uso da robótica e programação na escola pública (UFMS) (SBPC Educação)**

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 13h00 às 15h00

Palestrante: **Denise Farias Boeira (Escola Estadual Dom Aquino Corrêa)**

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 006

Palestra: **Atividades físicas e esportivas e seu papel na construção de escolas ativas (UFMS) (SBPC Educação)**

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 13h00 às 15h00

Palestrante: **Edineia Aparecida Gomes Ribeiro (UFMS)**

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 013

Roda de Conversa: **Atividade física e esporte como ferramentas educacionais contra a evasão escolar (UFMS) (SBPC Educação)**

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 13h00 às 15h00

Participantes: **Bruno Elias Ferreira (IFMS), Pablo Teixeira Salomão (SED/MS) e Edméia Pacheco de Oliveira Roberto (UNIGRAN)**

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 007

Roda de Conversa: **Sociedade brasileira do ensino de biologia: um espaço do professor de ciências biológicas (UFMS) (SBPC Educação)**

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 13h00 às 15h00

Participantes: **Diego Marques da Silva Medeiros (UFGD) e Suzete Rosana de Castro Wiziack (UFMS)**

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 014

Roda de Conversa: **Mediação cultural: na exposição “do cerrado” dos acadêmicos de artes visuais da UFMS (UFMS) (SBPC Educação)**

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 13h00 às 15h00

Participantes: Aline Sesti Cerutti (UFMS), Simone Rocha de Abreu (UFMS), Constança Maria Lima de Almeida Lucas (UFMS) e Sérgio de Moraes Bonilha Filho (UFMS)

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 009

Mesa-Redonda: Avanços e desafios da educação básica no Brasil (SBPC Educação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 15h30 às 18h00

Coordenador e palestrante: Eduardo Fleury Mortimer (UFMG)

Palestrantes: Antonio César Russi Callegari (IBSA) e Marcelo Marcos Morales (MCTIC)

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 003

Mesa-Redonda: Universidade e liberdade acadêmica (SBPC Educação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 15h30 às 18h00

Coordenador: José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS)

Palestrantes: Naomar de Almeida Filho (USP), Luiz Antonio Constant Rodrigues da Cunha (UFRJ) e Carlos Alexandre Netto (UFRGS)

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 006  
SBPC Afro e Indígena

Conferência: Línguas indígenas: vivas e em movimento (SBPC Afro e Indígena)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 10h30 às 12h00

Conferencista: Bruna Franchetto (UFRJ)

Apresentadora: Maria de Lourdes Elias Sobrinho (PMM-MS)

FAED – Bloco 08 – sl. 108

Conferência: 15 anos de ações afirmativas e os desafios para as ciências (SBPC Afro e Indígena) (SBPC Afro e Indígena)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 10h30 às 12h00

Conferencista: Frei David Raimundo dos Santos (Educafro)

Apresentadora: Eugênia Portela de Siqueira Marques (UFMS)



FAED – Bloco 08 – Anfiteatro

Oficina: Oficina de turbantes, com roda de conversas sobre identidade negra – tecendo saberes e africanidades (NEABI/UFMS) (SBPC Afro e Indígena)

Ministrante: Ângela Vanessa Epifânio (UFMS)

Público alvo: Geral

FAED – Bloco 08 – sl. 107

22/7/2019 – das 13h00 às 15h00

Mesa-Redonda: Atuação das bancas de verificação de autodeclaração nas ies brasileiras (NEABI/UFMS) (SBPC Afro e Indígena)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 15h30 às 18h00

Coordenador: Lourival dos Santos (UFMS)

Palestrantes: Frei David Raimundo dos Santos (Educafro), Maria José de Jesus Alves Cordeiro (UEMS) e Eugênia Portela de Siqueira Marques (UFMS)

FAED – Bloco 08 – sl. 108

Mesa-Redonda: Práticas de lazer em culturas tradicionais: corpo, diversidade étnico-racial, construção identitária e desenvolvimento social (CBCE) (SBPC Afro e Indígena)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 15h30 às 18h00

Coordenador e palestrante: Romilson Augusto dos Santos (UFBA)

Palestrantes: Gersem José dos Santos Luciano (UFAM) e Lennon Ferreira Corezomáé (Umutina-Balatiponé)

FAED – Bloco 08 – Anfiteatro

Exposição de Cerâmica e Fotografias de Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul (NEABI/UFMS) (SBPC Afro e Indígena)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 09h00 às 18h00

Hall da Unidade VI

[topo](#)

## **TRIBUNA DE PETRÓPOLIS - RJ - BRASIL**

### **Autora de projeto de inclusão na educação é selecionada para curso na Irlanda**

A professora petropolitana da rede municipal Rosane Karl é uma entre os 21 profissionais selecionados para participar do Programa de Desenvolvimento de Profissionais da Educação Básica na Irlanda, por meio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Participaram da seleção

profissionais da rede pública de educação de todo o país. No estado do Rio de Janeiro, apenas quatro profissionais de educação foram selecionados.

O edital foi aberto no início do ano. Para participar, o candidato deveria apresentar seu currículo acadêmico e um projeto de pesquisa. Podiam participar candidatos da rede pública de ensino de educação básica e colégios militares. Rosane é doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e atualmente é orientadora da rede municipal nas escolas Nossa Senhora de Fátima e Santa Rita de Cassia, desde 2017. Trabalha na rede pública desde 2011. Antes lecionava a disciplina de língua inglesa.

O projeto que garantiu a vaga da professora é voltado para a inclusão de alunos com dificuldade de aprendizado. “Meu projeto é baseado nos alunos que têm dificuldade de aprendizado em função de transtorno de aprendizagem ou linguagem. Há uma série de crianças que, por não estarem na lista oficial de inclusão do MEC, não têm direitos, como nos casos de Transtorno do Déficit de Atenção (TDH) e TOD. O número de alunos com essas características na rede cresce ano a ano. Então o projeto é uma tentativa de buscar meios de ajudar esse público que não é abraçado na lei”, explicou Rosane.

Em 2012, Rosane participou do Programa de Desenvolvimento de Professores de Língua Inglesa no Institute of Education (IoE) da Universidade de Londres (que hoje se chama University College London), também com bolsa da **Capes**. O resultado do edital saiu na última semana. O curso tem duração de dois semestres. E Rosane já embarca no dia 1º de agosto. Ao longo do curso, os participantes desenvolverão atividades de apoio institucional e desenvolvimento de ensino, questões nacionais e internacionais na educação, tutoria e liderança escolar.

“A expectativa é muito boa, uma oportunidade única nessa situação delicada que a educação está passando no Brasil, é um programa inesperado. Não só pelo crescimento profissional. É uma responsabilidade muito grande. Uma das minhas missões é ser divulgadora dessas práticas em outros lugares, não só pelo mundo, mas principalmente no Brasil. Uma das metas que eles têm nesses programas é que as pessoas que consigam participar sejam replicadoras, agentes de multiplicação, experiências e aprendizados”, completou.

topo ↕

## **TRIBUNA DO AGRESTE - TEMPO REAL**

### **EAD e formação de Professores**

Em atraente palestra, no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, o jurista Aurélio Wander Bastos discorreu sobre a importância da educação à distância na vida brasileira. Demonstrou que de um total de mais de 8,3 milhões de estudantes, no ensino superior, hoje quase dois milhões frequentam a modalidade de EAD, num processo acelerado de crescimento.

Tem suas preocupações, como o controle precário da qualidade do processo e a criação pouco cuidadosa dos polos espalhados pelo território nacional (trabalho criticado do Ministério da Educação).

Defendeu a tese de que existem enormes potencialidades na ministração de língua portuguesa e matemática, duas matérias essenciais, mas que não têm professores à

altura. Uma das causas é a ausência de atrativos salariais (base de 2,600 reais por mês). Quem pode viver de modo razoável com tão pouco? Assim, não é de se estranhar que haja tão reduzida procura pelo magistério, de modo geral (cerca de 2% nas provas do Enem).

Medida recente merece ser elogiada. Foi a aprovação da **Capes**(MEC) para a realização de cursos de pós-graduação à distância (mestrado e doutorado). O que se deve é atentar para a qualidade dos mesmos.

Voltando à palestra de Aurélio Wander Bastos, ele foi bastante enfático quando citou que a verdadeira tragédia no Brasil é o seu ensino médio. É preciso tratá-lo com a prioridade devida.

Em termos de EAD, no mundo, os países que mais cresceram foram a Índia, a Coreia do Sul e os Estados Unidos. Este último tem hoje mais de 10 milhões de estudantes de EAD, inclusive na famosa Universidade de Harvard e no MIT. No exterior há um movimento favorável à Universidade Aberta, o que infelizmente não acontece no Brasil. O assunto é estudado, nos meios oficiais, desde 1982, quando o então ministro Jarbas Passarinho encarregou o professor Newton Sucupira, na época diretor de relações internacionais do MEC, de evoluir na matéria. Mas com a posição contrária do Conselho Federal de Educação, pouco se avançou no trato do tema, embora se saiba do êxito da Open University da Inglaterra, por exemplo. A primeira delas nasceu em 1874, em Illinois, nos EUA. Portugal tem a Universidade Aberta desde dezembro de 1988.

O rádio foi fundamental no crescimento da EAD, no Brasil, como se espera essa expansão com o apoio da televisão e da internet. A base da EAD está na Constituição de 1988 (artigo 206), num trabalho complementado pela lei 9394/96, de iniciativa do então senador Darcy Ribeiro, ao qual fornecemos preciosos elementos em nome do Conselho Nacional de Educação, do qual fazíamos parte. Sempre tivemos em mira, como destacou o prof. Aurélio Wander, a excelência do professor, para que a modalidade se cristalizasse em nosso país.

[topo](#)

## **TRIBUNA DO SERTÃO - TEMPO REAL**

### **EAD e formação de Professores**

Em atraente palestra, no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, o jurista Aurélio Wander Bastos discorreu sobre a importância da educação à distância na vida brasileira. Demonstrou que de um total de mais de 8,3 milhões de estudantes, no ensino superior, hoje quase dois milhões frequentam a modalidade de EAD, num processo acelerado de crescimento.

Tem suas preocupações, como o controle precário da qualidade do processo e a criação pouco cuidadosa dos polos espalhados pelo território nacional (trabalho criticado do Ministério da Educação).

Defendeu a tese de que existem enormes potencialidades na ministração de língua portuguesa e matemática, duas matérias essenciais, mas que não têm professores à altura. Uma das causas é a ausência de atrativos salariais (base de 2.600 reais por mês). Quem pode viver de modo razoável com tão pouco? Assim, não é de se estranhar que haja tão reduzida procura pelo magistério, de modo geral (cerca de 2% nas provas do Enem).

Medida recente merece ser elogiada. Foi a aprovação da **Capes**(MEC) para a realização de cursos de pós-graduação à distância (mestrado e doutorado). O que se deve é atentar para a qualidade dos mesmos.

Voltando à palestra de Aurélio Wander Bastos, ele foi bastante enfático quando citou que a verdadeira tragédia no Brasil é o seu ensino médio. É preciso tratá-lo com a prioridade devida.

Em termos de EAD, no mundo, os países que mais cresceram foram a Índia, a Coreia do Sul e os Estados Unidos. Este último tem hoje mais de 10 milhões de estudantes de EAD, inclusive na famosa Universidade de Harvard e no MIT. No exterior há um movimento favorável à Universidade Aberta, o que infelizmente não acontece no Brasil. O assunto é estudado, nos meios oficiais, desde 1982, quando o então ministro Jarbas Passarinho encarregou o professor Newton Sucupira, na época diretor de relações internacionais do MEC, de evoluir na matéria. Mas com a posição contrária do Conselho Federal de Educação, pouco se avançou no trato do tema, embora se saiba do êxito da Open University da Inglaterra, por exemplo. A primeira delas nasceu em 1874, em Illinois, nos EUA. Portugal tem a Universidade Aberta desde dezembro de 1988.

O rádio foi fundamental no crescimento da EAD, no Brasil, como se espera essa expansão com o apoio da televisão e da internet. A base da EAD está na Constituição de 1988 (artigo 206), num trabalho complementado pela lei 9394/96, de iniciativa do então senador Darcy Ribeiro, ao qual fornecemos preciosos elementos em nome do Conselho Nacional de Educação, do qual fazíamos parte. Sempre tivemos em mira, como destacou o prof. Aurélio Wander, a excelência do professor, para que a modalidade se cristalizasse em nosso país.

topo ↕

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

### **Canabidiol diminui agressividade, diz estudo da USP**

#### **Trabalho foi feito em camundongos por pesquisadores da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da USP**

São Paulo — Um novo estudo concluiu que o canabidiol contribui para diminuir a agressividade induzida pelo isolamento social.

O trabalho foi feito em camundongos por pesquisadores da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP). Resultados foram publicados na revista *Progress in Neuro-Psychopharmacology and Biological Psychiatry*.

“Nosso estudo demonstra que o canabidiol tem efeito na redução da agressividade e que a substância realiza o papel de inibidor da agressividade devido ao fato de facilitar a ativação de dois receptores: o receptor 5-HT1A, responsável pelos efeitos do neurotransmissor serotonina, e o receptor CB1, responsável pelos efeitos de endocanabinoides”, disse Francisco Silveira Guimarães, professor titular da FMRP-USP e líder do estudo.

Apesar de extraído da maconha, Guimarães ressalta que o canabidiol não produz dependência nem efeitos psicotomiméticos.

Na maconha, a substância responsável por isso é o tetraidrocanabinol (THC), enquanto que com o canabidiol ocorre o oposto: ele exerce ação bloqueadora sobre alguns efeitos do THC.

“Nos últimos 20 anos, o canabidiol tem sido estudado em diversos contextos, porém são poucos os estudos que investigaram seus efeitos em comportamentos agressivos”, disse Guimarães.

O novo estudo também contou com cientistas do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Neurociência Aplicada da USP e foi feito no âmbito do Projeto Temático “Novas perspectivas no emprego de fármacos que modificam neurotransmissores atípicos no tratamento de transtornos neuropsiquiátricos”, com apoio da FAPESP – a pesquisa também tem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Guimarães conta que a agressão induzida pelo isolamento é um modelo comportamental clássico usado em experimentos. “A agressão induzida pelo isolamento pode ser atenuada por meio da administração de drogas ansiolíticas, antidepressivas ou antipsicóticas. Como alguns resultados pré-clínicos e clínicos indicam que o canabidiol possui tais propriedades, decidimos testar seu efeito sobre a agressividade induzida”, disse Guimarães.

“Usamos um modelo chamado de residente-intruso, condição que induz agressividade em animais em decorrência do seu isolamento por vários dias”, disse Guimarães.

Com o objetivo de verificar se o canabidiol exerceria alguma ação capaz de alterar o comportamento agressivo apresentado por roedores no modelo residente-intruso, os pesquisadores injetaram diferentes dosagens de canabidiol em quatro grupos distintos de animais, compostos por seis a oito roedores machos.

Em um quinto grupo, que serviu de controle, os roedores não receberam canabidiol, apresentando o comportamento clássico do modelo residente-intruso.

Os primeiros ataques por parte dos camundongos residentes contra os invasores ocorreram, em média, 2 minutos após um ser colocado em frente a outro. Foram contabilizados entre 20 e 25 ataques enquanto os animais permaneceram reunidos.

Com relação aos animais que receberam canabidiol, no primeiro grupo os camundongos residentes receberam uma dose de 5 miligramas da substância por quilo (cada camundongo macho pesava entre 30 e 40 gramas).

Nesse grupo, o primeiro ataque ocorreu cerca de 4 minutos após a introdução do camundongo invasor na gaiola, ou seja, o dobro do tempo quando comparado ao animal que não recebeu canabidiol. Quanto ao número de ataques, esse caiu pela metade.

Um segundo grupo, no qual os camundongos receberam cerca de 15 miligramas de canabidiol por quilo, a inibição da agressividade foi a mais pronunciada do experimento.

Em média, os primeiros ataques só ocorreram por volta de 11 minutos após a introdução

do residente na gaiola. Já o número de ataques também foi o menor verificado, com cerca de cinco ataques, em média, por gaiola.

No terceiro e quarto grupos foram injetadas doses de 30 e de 60 miligramas por quilo, respectivamente, mas tais aumentos na quantidade de canabidiol não se traduziram em maior inibição da agressividade dos animais.

Ao contrário, os primeiros ataques se deram em menos tempo do que nos animais que receberam doses de 15 miligramas por quilo. Da mesma forma, o número de ataques também foi ligeiramente maior.

“Esse resultado da redução do efeito do canabidiol em dosagens maiores já era esperado. Em outros experimentos, como por exemplo para testar o potencial antidepressivo do canabidiol, após um ganho inicial, dosagens maiores levaram a efeitos menores.

Em nosso experimento, caso tivéssemos testado um grupo de camundongos com a dosagem de 120 miligramas por quilo, possivelmente não obteríamos inibição alguma na agressividade dos camundongos residentes”, disse Guimarães.  
Bloqueando o efeito

Sabendo que o canabidiol facilita a ativação de um receptor do neurotransmissor serotonina denominado 5-HT1A, os cientistas repetiram o modelo residente-intruso na segunda etapa dos experimentos, só que dessa vez injetando nos camundongos doses variadas de uma substância chamada WAY100635, que atua no organismo como antagonista do receptor 5-HT1A.

O teste procurou verificar se o efeito antiagressivo do canabidiol poderia ser anulado ou reduzido com o uso do WAY100635.

“Foi exatamente o que observamos. Nos camundongos residentes que receberam doses intermediárias de WAY100635 antes do canabidiol, a latência desde o momento em que o animal intruso foi colocado na gaiola até a ocorrência do primeiro ataque se aproximou muito da latência observada nos camundongos do grupo controle – esses não receberam droga e partiram para o ataque dos intrusos aproximadamente 2 minutos após eles serem colocados nas gaiolas”, disse Guimarães.

O mesmo se deu com o número de ataques. Todos os camundongos com dosagens variadas de WAY100635 antes do canabidiol atacaram o camundongo intruso quase tantas vezes quantas fariam caso não tivessem recebido droga alguma.

Dados da literatura científica e do próprio laboratório da FMRP-USP sugerem que outro mecanismo do canabidiol seria a inibição do metabolismo de um neurotransmissor produzido no cérebro chamado anandamina. Essa substância endógena (um endocanabinoide) ativa receptores de canabinoide tipo 1 (CB1), que são igualmente ativados pelo composto THC, encontrado na maconha.

Para verificar se este mecanismo também poderia estar envolvido no efeito antiagressivo do canabidiol, foi feito um terceiro experimento repetindo o modelo residente-intruso com a combinação do canabidiol com o AM251, um antagonista de

receptores CB1.

O resultado foi semelhante ao do experimento com o antagonista do receptor 5-HT1A, o WAY100635.

“Os efeitos antiagressivos do canabidiol foram atenuados pelo antagonista do receptor 5-HT1A, WAY100635 (na dose de 0,3 miligrama por quilo), e pelo antagonista do receptor CB1, AM251 (1 miligrama por quilo), sugerindo que o CB1 diminui comportamentos agressivos induzidos pelo isolamento social por meio de um mecanismo associado à ativação dos receptores 5-HT1A e CB1”, disse Guimarães.

“Ainda não sabemos de que modo os receptores 5-HT1A e CB1 atuam para atenuar a agressividade nos camundongos, mas os mecanismos de ativação envolvidos nos dois casos parecem ser diferentes”, disse.

O artigo Cannabidiol attenuates aggressive behavior induced by social isolation in mice: Involvement of 5-HT1A and CB1 receptors, de Alice Hartmann, Sabrina Francesca Lisboa, Andreza Buzolin Sonego, Débora Coutinho, Felipe Villela Gomes e Francisco Silveira Guimarães, está publicado aqui.

## **G1 - TEMPO REAL**

**Após admitir PIB menor, governo anuncia bloqueio de R\$ 1,44 bilhão em gastos no orçamento**

**Informação foi divulgada em relatório do orçamento do terceiro bimestre.**

**Secretário não informou quais áreas sofrerão corte. Bolsonaro antecipou que deve ser em uma única pasta.**

Depois de revisar para baixo a expectativa de crescimento da economia neste ano, o Ministério da Economia anunciou nesta segunda-feira (22) um novo bloqueio de gastos de R\$ 1,44 bilhão no orçamento deste ano.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, não informou quais áreas do governo sofrerão cortes. Segundo ele, o detalhamento sobre o bloqueio nos gastos será divulgado somente no final deste mês, por meio de decreto presidencial.

“Eu não falarei hoje sobre qual órgão será mais afetado”, afirmou. No final de semana, o presidente Jair Bolsonaro havia falado em um corte de R\$ 2,5 bilhões e disse que o bloqueio orçamentário deverá atingir um único ministério.

O objetivo da área econômica, ao conter despesas na peça orçamentária, é tentar atingir a meta de um déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida pública) de até R\$ 139 bilhões fixada para este ano.

O crescimento menor da economia implica uma arrecadação de impostos menor que a prevista. Isso faz com que o governo tenha mais dificuldade para cumprir a meta fiscal. Por isso, bloqueia despesas no orçamento.

O bloqueio anunciado nesta segunda-feira só não foi maior porque o governo utilizou a parte de uma chamada "reserva orçamentária" – ou seja, valores que ainda não haviam sido liberados para gastos. Foram utilizados R\$ 809 milhões dessa reserva.

## Revisões orçamentárias anteriores

Em março, o governo já havia anunciado um contingenciamento de R\$ 29,7 bilhões em despesas previstas para o ano de 2019, justamente para tentar atingir a meta fiscal. Desse total, R\$ 5,8 bilhões foram cortados da Educação, R\$ 5,1 bilhões na Defesa e R\$ 2,9 bilhões em emendas parlamentares. Isso motivou protestos em 15 de maio.

No fim de maio, em nova revisão orçamentária, o governo anunciou que, mesmo estimando um PIB mais baixo do que anteriormente, resolveu recompor o orçamento de R\$ 1,587 bilhão (que havia sido alvo de novo bloqueio no início de maio) e liberou R\$ 56 milhões para o Ministério do Meio Ambiente.

Para poder fazer isso, utilizou de uma "reserva de contingência" existente no orçamento de 2019 – que era de R\$ 5,37 bilhões; caiu, naquele momento, para R\$ 1,562 bilhão.

## Efeito dos contingenciamentos

Devido à retenção de verbas orçamentárias, os recursos para custeio e investimentos estimada para este ano são os menores desde 2008, quando começou a série história do Tesouro Nacional, em todas as áreas, não somente para Educação.

O limite dos gastos discricionários (não obrigatórios) caiu de R\$ 129 bilhões para R\$ 87,41 bilhões em 2019. O governo afirma que buscará reverter o bloqueio no decorrer de 2019 e, com isso, tentar elevar o limite dos gastos com custeio e investimentos.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o espaço necessário para os gastos públicos deve ficar acima de R\$ 75 bilhões. Assim, diz a IFI, não haverá problemas no funcionamento de ministérios nem na operacionalização de políticas públicas.

Esse seria o piso necessário, de acordo com o órgão, para evitar o chamado "shutdown" da máquina pública ou "desligamento", por meio do qual o governo tem o funcionamento prejudicado e não consegue produzir alguns serviços públicos para a sociedade.

De acordo com estudo do economista e pesquisador Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, porém, quando se olha para "todos os indicadores disponíveis", a impressão é que se a despesa discricionária ficar abaixo de R\$ 120 bilhões é "muito provável que o governo federal já esteja muito próximo de aplicar um shutdown na prática".

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios, estão:

- Investimentos em infraestrutura;
- Ações de defesa agropecuária;
- Bolsas do CNPq;
- Concessão de bolsas de estudo (**Capex**);
- Pronatec;
- Emissão de passaportes;
- Farmácia popular;



## Fiscalização ambiental (Ibama);

Bolsas para atletas;  
Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;  
Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

## Receitas e despesas

Para efetuar a liberação de recursos, ou bloqueio no orçamento, o governo faz uma reestimativa das receitas e das despesas em relação aos valores aprovados na previsão anterior, nesse caso, em maio deste ano.

De acordo com os cálculos do Ministério da Economia, houve uma queda de R\$ 5,296 bilhões na estimativa de receitas do governo para este ano, na comparação com a previsão anterior.

O governo reduziu em R\$ 5,951 bilhões a expectativa para as receitas administradas neste ano (impostos e contribuições federais), mas elevou em R\$ 1,106 bilhão a previsão de "royalties" do petróleo, em R\$ 1,477 bilhão a estimativa para receitas do INSS, e em R\$ 233 milhões a contribuição para o salário-educação, entre outras).

Ao mesmo tempo, também previu uma queda de R\$ 3,470 bilhões nas despesas obrigatórias. Veja abaixo a mudança nas estimativas dos principais gastos do governo:

Benefícios previdenciários: queda de R\$ 701 milhões  
Pessoal e encargos sociais: aumento de R\$ 410 milhões  
Créditos extraordinários: queda de R\$ 1,857 bilhão  
Subsídios e subvenções: queda de R\$ 542 milhões  
Sentenças judiciais e precatórios: queda de R\$ 1,464 bilhão  
Impacto do Fies: aumento de R\$ 75 milhões  
BPC e Loas: aumento de R\$ 206 milhões

topo 

## PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

### SBPC discute desafios para a ciência e tecnologia no país

Ocorre desde domingo (21), em Campo Grande (MS), na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a 71ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Considerado o principal evento de pesquisa acadêmica do país, reúne professores e cientistas das mais diversas regiões. Até sábado (27), a programação inclui apresentação de trabalhos e debates sobre desafios à produção de conhecimento em distintos campos.

O encontro recebe conferências sobre variados assuntos, como impactos da privação do sono, métodos de análise da biodiversidade brasileira, doenças infecciosas em megacidades, cooperativismo no país, uso da robótica como recurso pedagógica em salas de aula e impactos do envelhecimento na assistência à saúde.

Mais de 18 mil pessoas se inscreveram para participar da reunião anual. Há uma média de 14 conferências e 15 mesas-redondas simultâneas a cada dia. Também haverá a apresentação de 688 trabalhos acadêmicos.

Nas áreas abertas ao público, serão realizados 44 minicursos, e estandes apresentam as produções de institutos de pesquisa vinculados ao Ministério de Ciência, Tecnologia,

Inovações e Comunicações (MCTIC). No sábado (27), último dia do encontro, o evento é aberto a todas as pessoas para que possam visitar a universidade e as exposições. “As crianças que vêm durante a semana e trazem os familiares. É uma forma de criar semente na criança”, disse o secretário-geral da SBPC, Paulo Hoffmann.

## Afro e indígena

O encontro conta com um conjunto de atividades voltadas especificamente às populações e temáticas afro-brasileiras e indígenas. Entre os temas das conferências e palestras, estão a preservação das línguas indígenas, os impactos das ações afirmativas na academia e na produção científica, a atuação de intelectuais negras, cosmovisões de povos como os Guarani e os desafios às comunidades quilombolas no caso do acordo de salvaguardas envolvendo a base na cidade de Alcântara (MA).

## Política de C&T

Uma parte importante das atividades do encontro é voltada a temas relacionados à área de Ciência e Tecnologia, das formas de produção de conhecimento nas universidades às maneiras de diálogo com a sociedade. Entre as mesas-redondas estão impactos sociais de ciência e tecnologia, perspectiva da pesquisa na pós-graduação e instrumentos de financiamento do setor.

Na abertura da reunião, em cerimônia ontem (21), a situação da C&T perpassou a fala de representantes de diversos segmentos. O ministro interino da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Julio Semeghini, apresentou iniciativas da pasta, como o programa Ciência na Escola, e defendeu a união das entidades do setor para mostrar a importância da área e para recuperar o orçamento do setor.

“Temos que aproveitar os esforços todos para trabalhar em rede. Vemos aqui uma diversidade muito grande. Que a gente consiga mostrar para os congressistas para voltar a ter uma relação de investimento sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 2%, quando hoje estamos perto de 1%”, disse o ministro.

O presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, destacou a importância da realização do evento em um quadro que caracterizou como um “momento difícil, de crise, da ciência brasileira”. “Estamos vivendo cortes acentuados no orçamento. Não podemos deixar de defender a ciência neste momento”, disse, acrescentando que a entidade vai continuar lutando também pela educação pública, gratuita e de qualidade.

A presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Flávia da Silva, também abordou a falta de investimentos no setor, questionando cortes em bolsas de órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. “Capes e CNPq são patrimônios da ciência brasileira e precisam ser preservadas”, defendeu.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### SBPC discute desafios para a ciência e tecnologia no país

Ocorre desde domingo (21), em Campo Grande (MS), na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a 71ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Considerado o principal evento de pesquisa acadêmica do país, reúne professores e cientistas das mais diversas regiões. Até sábado (27), a programação inclui

apresentação de trabalhos e debates sobre desafios à produção de conhecimento em distintos campos.

O encontro recebe conferências sobre variados assuntos, como impactos da privação do sono, métodos de análise da biodiversidade brasileira, doenças infecciosas em megacidades, cooperativismo no país, uso da robótica como recurso pedagógica em salas de aula e impactos do envelhecimento na assistência à saúde.

Mais de 18 mil pessoas se inscreveram para participar da reunião anual. Há uma média de 14 conferências e 15 mesas-redondas simultâneas a cada dia. Também haverá a apresentação de 688 trabalhos acadêmicos.

Nas áreas abertas ao público, serão realizados 44 minicursos, e estandes apresentam as produções de institutos de pesquisa vinculados ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). No sábado (27), último dia do encontro, o evento é aberto a todas as pessoas para que possam visitar a universidade e as exposições. "As crianças que vêm durante a semana e trazem os familiares. É uma forma de criar semente na criança", disse o secretário-geral da SBPC, Paulo Hoffmann.

#### Afro e indígena

O encontro conta com um conjunto de atividades voltadas especificamente às populações e temáticas afro-brasileiras e indígenas. Entre os temas das conferências e palestras, estão a preservação das línguas indígenas, os impactos das ações afirmativas na academia e na produção científica, a atuação de intelectuais negras, cosmovisões de povos como os Guarani e os desafios às comunidades quilombolas no caso do acordo de salvaguardas envolvendo a base na cidade de Alcântara (MA).

#### Política de C&T

Uma parte importante das atividades do encontro é voltada a temas relacionados à área de Ciência e Tecnologia, das formas de produção de conhecimento nas universidades às maneiras de diálogo com a sociedade. Entre as mesas-redondas estão impactos sociais de ciência e tecnologia, perspectiva da pesquisa na pós-graduação e instrumentos de financiamento do setor.

Na abertura da reunião, em cerimônia ontem (21), a situação da C&T perpassou a fala de representantes de diversos segmentos. O ministro interino da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Julio Semeghini, apresentou iniciativas da pasta, como o programa Ciência na Escola, e defendeu a união das entidades do setor para mostrar a importância da área e para recuperar o orçamento do setor.

"Temos que aproveitar os esforços todos para trabalhar em rede. Vemos aqui uma diversidade muito grande. Que a gente consiga mostrar para os congressistas para voltar a ter uma relação de investimento sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 2%, quando hoje estamos perto de 1%", disse o ministro.

O presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, destacou a importância da realização do evento em um quadro que caracterizou como um "momento difícil, de crise, da ciência brasileira". "Estamos vivendo cortes acentuados no orçamento. Não podemos deixar de defender a ciência neste momento", disse, acrescentando que a entidade vai continuar lutando também pela educação pública, gratuita e de qualidade.

A presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Flávia da Silva, também abordou a falta de investimentos no setor, questionando cortes em bolsas de órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. "Capes e CNPq são patrimônios da ciência brasileira e precisam ser preservadas", defendeu.

topo ↕

## **BAHIA NO AR - BA - TEMPO REAL**

### **Ministério da Economia anuncia bloqueio em gastos no orçamento**

O Ministério da Economia anunciou nesta segunda-feira (22) um novo bloqueio de gastos de R\$ 1,44 bilhão no orçamento deste ano. O pronunciamento vem após revisão e expectativa de baixo crescimento da economia brasileira neste ano. O intuito da medida é tentar atingir a meta de um déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida pública) de até R\$ 139 bilhões fixada para este ano. Com informações portal G1.

Dentre as consequências, o crescimento menor da economia implica uma arrecadação de impostos menor que a prevista. Isso acarreta ao governo mais dificuldade para cumprir a meta fiscal. Por isso, bloqueia despesas no orçamento.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, não informou quais áreas do governo sofrerão cortes. Segundo ele, o detalhamento sobre o bloqueio nos gastos será divulgado somente no final deste mês, por meio de decreto presidencial.

Em março, o governo já havia anunciado um contingenciamento de R\$ 29,7 bilhões em despesas previstas para o ano de 2019, justamente para tentar atingir a meta fiscal. Desse total, R\$ 5,8 bilhões foram cortados da Educação, R\$ 5,1 bilhões na Defesa e R\$ 2,9 bilhões em emendas parlamentares. Isso motivou protestos em 15 de maio.

No fim de maio, em nova revisão orçamentária, o governo anunciou que, mesmo estimando um PIB mais baixo do que anteriormente, resolveu recompor o orçamento de R\$ 1,587 bilhão (que havia sido alvo de novo bloqueio no início de maio) e liberou R\$ 56 milhões para o Ministério do Meio Ambiente.

Os recursos para custeio e investimentos estimados para este ano são menores desde 2008, quando começou a série história do Tesouro Nacional, em todas as áreas, não somente para Educação.

O limite dos gastos discricionários (não obrigatórios) caiu de R\$ 129 bilhões para R\$ 87,41 bilhões em 2019. O governo afirma que buscará reverter o bloqueio no decorrer de 2019 e, com isso, tentar elevar o limite dos gastos com custeio e investimentos.

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios, estão:

Investimentos em infraestrutura;

Ações de defesa agropecuária;

Bolsas do CNPq;

Concessão de bolsas de estudo (**Capés**);

Pronatec;

Emissão de passaportes;

Farmácia popular;

Fiscalização ambiental (Ibama);

Bolsas para atletas;

Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;

Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

[topo](#)

## **CLICKPB - TEMPO REAL**

**Governo anuncia bloqueio de R\$ 1,44 bilhão em gastos no orçamento  
Informação foi divulgada por meio do relatório do orçamento do terceiro bimestre  
deste ano. Bolsonaro já havia antecipado que haveria corte. Objetivo é atingir  
meta fiscal de 2019.**

Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre foi apresentado hoje (Foto: Arquivo)

Depois de revisar para baixo a expectativa de crescimento da economia neste ano, o Ministério da Economia anunciou nesta segunda-feira (22) um novo bloqueio de gastos de R\$ 1,44 bilhão no orçamento deste ano.

O objetivo da área econômica, ao conter despesas na peça orçamentária, é tentar atingir a meta de um déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida pública) de até R\$ 139 bilhões fixada para este ano. Ou seja, para o cumprimento da meta fiscal de 2019, de déficit primário de R\$ 139 bilhões, seria necessário cortar R\$ 2,25 bilhões, mas a equipe econômica optou por usar R\$ 809 milhões da reserva orçamentária e evitar um bloqueio maior.

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios, estão:

Investimentos em infraestrutura;

Ações de defesa agropecuária;

Bolsas do CNPq;

Concessão de bolsas de estudo (**Capés**);

Pronatec;

Emissão de passaportes;

Farmácia popular;

Fiscalização ambiental (Ibama);

Bolsas para atletas;

Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;

Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

Nesse domingo (20), o presidente Bolsonaro já havia alertado que poderia ser feito um novo contingenciamento, no valor de R\$ 2,5 bilhões. O crescimento menor da economia

gera uma arrecadação de impostos menor que a prevista. Isso faz com que o governo tenha mais dificuldade para cumprir a meta fiscal. Por isso, o governo bloqueia despesas no orçamento.

O bloqueio anunciado nesta segunda-feira só não foi maior porque o governo utilizou a parte de uma chamada "reserva orçamentária" – ou seja, valores que ainda não haviam sido liberados para gastos. Foram utilizados R\$ 809 milhões dessa reserva.

A medida foi anunciada durante a divulgação do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao 3º bimestre.

A projeção de arrecadação para 2019 caiu R\$ 5,96 bilhões. No 2º bimestre, a estimativa para a receita líquida era de R\$ 1,270 trilhão. Passou agora para R\$ 1,264 trilhão. Ao mesmo tempo, as projeções para as despesas caíram R\$ 3,47 bilhões, ao passarem de R\$ 1,409 trilhão para R\$ 1,405 trilhão.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Universidade Federal de MS recebe 71ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**

**Cerca de 15 mil pessoas participam de diversas atividades que serão realizadas até o dia 27 de julho, em Campo Grande.**

A 71ª edição da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o maior evento de divulgação científica da América Latina, ocorre desde domingo (21) em Campo Grande.

Cerca de 15 mil pessoas participam de diversas atividades que serão realizadas até o dia 27 de julho, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Com o tema “Ciência e Inovação nas Fronteiras da Bioeconomia, da Diversidade e do Desenvolvimento Social”, a SBPC leva à capital sul-mato-grossense uma programação com mais de 250 atividades, e a participação de pesquisadores renomados, nacionais e internacionais.

A programação científica soma-se às atividades da SBPC Inovação, SBPC Afro e Indígena e SBPC Educação. No total, serão realizadas, ao longo da semana, 67 conferências, 59 mesas-redondas, 40 encontros, 16 rodas de conversa, 9 sessões especiais, 5 palestras, 4 assembleias e 3 oficinas. Além disso, serão oferecidos 44 minicursos em diversas áreas do conhecimento.

A SBPC foi criada em 1948 e é uma entidade voltada à defesa do avanço científico e tecnológico e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Atualmente, têm 142 sociedades científicas associadas, em todas as áreas do conhecimento, e cerca de 5 mil sócios ativos. A cada ano, a Reunião Anual da SBPC é realizada em um estado brasileiro, sempre em universidade pública.

topo ↕

## **MEIO NORTE - PI - THERESINA**

**Governo anuncia novo bloqueio de R\$ 1,44 bi no orçamento do ano**

**O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, não informou quais áreas do governo sofrerão cortes**

Depois de revisar para baixo a expectativa de crescimento da economia neste ano, o Ministério da Economia anunciou nesta segunda-feira (22) um novo bloqueio de gastos de R\$ 1,44 bilhão no orçamento deste ano.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, não informou quais áreas do governo sofrerão cortes. Segundo ele, o detalhamento sobre o bloqueio nos gastos será divulgado somente no final deste mês, por meio de decreto presidencial.

“Eu não falarei hoje sobre qual órgão será mais afetado”, afirmou. No final de semana, o presidente Jair Bolsonaro havia falado em um corte de R\$ 2,5 bilhões e disse que o bloqueio orçamentário deverá atingir um único ministério.

O objetivo da área econômica, ao conter despesas na peça orçamentária, é tentar atingir a meta de um déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida pública) de até R\$ 139 bilhões fixada para este ano.

O crescimento menor da economia implica uma arrecadação de impostos menor que a prevista. Isso faz com que o governo tenha mais dificuldade para cumprir a meta fiscal. Por isso, bloqueia despesas no orçamento.

O bloqueio anunciado nesta segunda-feira só não foi maior porque o governo utilizou a parte de uma chamada "reserva orçamentária" – ou seja, valores que ainda não haviam sido liberados para gastos. Foram utilizados R\$ 809 milhões dessa reserva.

## Revisões orçamentárias anteriores

Em março, o governo já havia anunciado um contingenciamento de R\$ 29,7 bilhões em despesas previstas para o ano de 2019, justamente para tentar atingir a meta fiscal. Desse total, R\$ 5,8 bilhões foram cortados da Educação, R\$ 5,1 bilhões na Defesa e R\$ 2,9 bilhões em emendas parlamentares. Isso motivou protestos em 15 de maio.

No fim de maio, em nova revisão orçamentária, o governo anunciou que, mesmo estimando um PIB mais baixo do que anteriormente, resolveu recompor o orçamento de R\$ 1,587 bilhão (que havia sido alvo de novo bloqueio no início de maio) e liberou R\$ 56 milhões para o Ministério do Meio Ambiente.

Para poder fazer isso, utilizou de uma "reserva de contingência" existente no orçamento de 2019 – que era de R\$ 5,37 bilhões; caiu, naquele momento, para R\$ 1,562 bilhão.

## Efeito dos contingenciamentos

Devido à retenção de verbas orçamentárias, os recursos para custeio e investimentos estimada para este ano são os menores desde 2008, quando começou a série história do Tesouro Nacional, em todas as áreas, não somente para Educação.

O limite dos gastos discricionários (não obrigatórios) caiu de R\$ 129 bilhões para R\$ 87,41 bilhões em 2019. O governo afirma que buscará reverter o bloqueio no decorrer de 2019 e, com isso, tentar elevar o limite dos gastos com custeio e investimentos.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o espaço necessário para os gastos públicos deve ficar acima de R\$ 75 bilhões. Assim, diz a IFI, não haverá problemas no funcionamento de ministérios nem na operacionalização de políticas públicas.

Esse seria o piso necessário, de acordo com o órgão, para evitar o chamado "shutdown" da máquina pública ou "desligamento", por meio do qual o governo tem o funcionamento prejudicado e não consegue produzir alguns serviços públicos para a sociedade.

De acordo com estudo do economista e pesquisador Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, porém, quando se olha para "todos os indicadores disponíveis", a impressão é que se a despesa discricionária ficar abaixo de R\$ 120 bilhões é "muito provável que o governo federal já esteja muito próximo de aplicar um shutdown na prática".

Isac Nóbrega/Presidência da República

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios, estão:

- Investimentos em infraestrutura;
- Ações de defesa agropecuária;
- Bolsas do CNPq;
- Concessão de bolsas de estudo (**Capes**);
- Pronatec;
- Emissão de passaportes;
- Farmácia popular;
- Fiscalização ambiental (Ibama);
- Bolsas para atletas;
- Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;
- Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

Receitas e despesas

Para efetuar a liberação de recursos, ou bloqueio no orçamento, o governo faz uma reestimativa das receitas e das despesas em relação aos valores aprovados na previsão



anterior, nesse caso, em maio deste ano.

De acordo com os cálculos do Ministério da Economia, houve uma queda de R\$ 5,296 bilhões na estimativa de receitas do governo para este ano, na comparação com a previsão anterior.

O governo reduziu em R\$ 5,951 bilhões a expectativa para as receitas administradas neste ano (impostos e contribuições federais), mas elevou em R\$ 1,106 bilhão a previsão de "royalties" do petróleo, em R\$ 1,477 bilhão a estimativa para receitas do INSS, e em R\$ 233 milhões a contribuição para o salário-educação, entre outras).

Ao mesmo tempo, também previu uma queda de R\$ 3,470 bilhões nas despesas obrigatórias. Veja abaixo a mudança nas estimativas dos principais gastos do governo:

- Benefícios previdenciários: queda de R\$ 701 milhões
- Pessoal e encargos sociais: aumento de R\$ 410 milhões
- Créditos extraordinários: queda de R\$ 1,857 bilhão
- Subsídios e subvenções: queda de R\$ 542 milhões
- Sentenças judiciais e precatórios: queda de R\$ 1,464 bilhão
- Impacto do Fies: aumento de R\$ 75 milhões
- BPC e Loas: aumento de R\$ 206 milhões

topo 

## MIDIAMAX - TEMPO REAL

**Confira a agenda da SBPC - palestras e conferências no maior evento científico feito na UFMS**

**Programação científica terá mesas redondas, palestras e conferências até às 18h**

A 71ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, maior evento científico da América Latina, que começou no domingo (21) e é realizado na UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) terá 18 atividades diferentes nesta segunda-feira (22), entre mesas redondas, palestras e conferências.

O tema deste ano da feira é “Ciência e Inovação nas Fronteiras da Bioeconomia, da Diversidade e do Desenvolvimento”, e ao todo haverá mais de 250 atividades até o sábado (27), último dia do evento.

Além das discussões científicas, também haverá apresentação cultural. Para esta segunda-feira está programada a apresentação dos grupos Muchileiros e Masis Brasil. Os shows acontecem às 12h e às 18h, respectivamente, no Palco Cultural.

No Palco Moreninho, às 15h, apresenta-se o coral da UnAPI/UFMS (Universidade Aberta à Pessoa Idosa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). Na programação da SBPC Cultural desta segunda-feira estão também contação de estórias,

apresentações teatrais e outras atividades do projeto “Leishmania Não”.

Confira a programação completa:

SBPC Inovação

Conferência: Aplicações e potencial de inovação com biomassas oleaginosas e lignocelulósicas (SBPC Inovação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 10h30 às 12h00

Conferencista: Carolina Maria Machado de Carvalho (SENAI)

Apresentador: Leandro Gustavo Schneider Neves (SENAI)

FACOM – Bloco 14 – Auditório 2

Conferência: Que meleca é essa? É a matéria mole (SBF) (SBPC Inovação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 10h30 às 12h00

Conferencista: Elisabeth Andreoli de Oliveira (UnB)

Apresentador: Marcos Assunção Pimenta (UFMG)

FACOM – Bloco 14 – Auditório 1

Mesa-Redonda: Bioprospecção de produtos naturais (SBPC Inovação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 15h30 às 18h00

Coordenadora: Anelise Samara Nazari Formagio (UFGD)

Palestrantes: Arquimedes Gasparotto Junior (UFGD), Norberto Peporine Lopes (USP) e Rodrigo Juliano Oliveira (UFMS)

FACOM – Bloco 14 – Auditório 1

Mesa-Redonda: Imunologia de tumores (SBI – Imunologia) (SBPC Inovação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 15h30 às 18h00

Coordenador: Martin Hernan Bonamino (INCA)

Palestrantes: Kelly Grace Magalhães (UnB), Cristina Beatriz Cazabuena Bonorino (UFCSPA) e Claudia Esther Alicia Rocio Hassan (INCA)

FACOM – Bloco 14 – Auditório 2

SBPC Educação

Conferência: Perspectivas da pós-graduação no Brasil (SBPC Educação)

# CLIPPING



Segunda-feira, 22/7/2019 – das 10h30 às 12h00

Conferencista: **Anderson Ribeiro Correia (CAPES)**

Apresentador: Marcio de Castro Silva Filho (FOPROP)

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 003

Palestra: Inclusão – uso da robótica e programação na escola pública (UFMS) (SBPC Educação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 13h00 às 15h00

Palestrante: Denise Farias Boeira (Escola Estadual Dom Aquino Corrêa)

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 006

Palestra: Atividades físicas e esportivas e seu papel na construção de escolas ativas (UFMS) (SBPC Educação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 13h00 às 15h00

Palestrante: Edineia Aparecida Gomes Ribeiro (UFMS)

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 013

Roda de Conversa: Atividade física e esporte como ferramentas educacionais contra a evasão escolar (UFMS) (SBPC Educação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 13h00 às 15h00

Participantes: Bruno Elias Ferreira (IFMS), Pablo Teixeira Salomão (SED/MS) e Edméia Pacheco de Oliveira Roberto (UNIGRAN)

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 007

Roda de Conversa: Sociedade brasileira do ensino de biologia: um espaço do professor de ciências biológicas (UFMS) (SBPC Educação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 13h00 às 15h00

Participantes: Diego Marques da Silva Medeiros (UFGD) e Suzete Rosana de Castro Wiziack (UFMS)

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 014

Roda de Conversa: Mediação cultural: na exposição “do cerrado” dos acadêmicos de artes visuais da UFMS (UFMS) (SBPC Educação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 13h00 às 15h00

Participantes: Aline Sesti Cerutti (UFMS), Simone Rocha de Abreu (UFMS), Constança Maria Lima de Almeida Lucas (UFMS) e Sérgio de Moraes Bonilha Filho (UFMS)

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 009

Mesa-Redonda: Avanços e desafios da educação básica no Brasil (SBPC Educação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 15h30 às 18h00

Coordenador e palestrante: Eduardo Fleury Mortimer (UFMG)

Palestrantes: Antonio César Russi Callegari (IBSA) e Marcelo Marcos Morales (MCTIC)

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 003

Mesa-Redonda: Universidade e liberdade acadêmica (SBPC Educação)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 15h30 às 18h00

Coordenador: José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS)

Palestrantes: Naomar de Almeida Filho (USP), Luiz Antonio Constant Rodrigues da Cunha (UFRJ) e Carlos Alexandre Netto (UFRGS)

Multiuso 2 – Bloco 06 – sl. 006

SBPC Afro e Indígena

Conferência: Línguas indígenas: vivas e em movimento (SBPC Afro e Indígena)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 10h30 às 12h00

Conferencista: Bruna Franchetto (UFRJ)

Apresentadora: Maria de Lourdes Elias Sobrinho (PMM-MS)

FAED – Bloco 08 – sl. 108

Conferência: 15 anos de ações afirmativas e os desafios para as ciências (SBPC Afro e Indígena) (SBPC Afro e Indígena)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 10h30 às 12h00

Conferencista: Frei David Raimundo dos Santos (Educafro)

Apresentadora: Eugênia Portela de Siqueira Marques (UFMS)

FAED – Bloco 08 – Anfiteatro

Oficina: Oficina de turbantes, com roda de conversas sobre identidade negra – tecendo saberes e africanidades (NEABI/UFMS) (SBPC Afro e Indígena)

Ministrante: Ângela Vanessa Epifânio (UFMS)

Público alvo: Geral

FAED – Bloco 08 – sl. 107

22/7/2019 – das 13h00 às 15h00

Mesa-Redonda: Atuação das bancas de verificação de autodeclaração nas ies brasileiras (NEABI/UFMS) (SBPC Afro e Indígena)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 15h30 às 18h00

Coordenador: Lourival dos Santos (UFMS)

Palestrantes: Frei David Raimundo dos Santos (Educafro), Maria José de Jesus Alves Cordeiro (UEMS) e Eugênia Portela de Siqueira Marques (UFMS)

FAED – Bloco 08 – sl. 108

Mesa-Redonda: Práticas de lazer em culturas tradicionais: corpo, diversidade étnico-racial, construção identitária e desenvolvimento social (CBCE) (SBPC Afro e Indígena)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 15h30 às 18h00

Coordenador e palestrante: Romilson Augusto dos Santos (UFBA)

Palestrantes: Gersem José dos Santos Luciano (UFAM) e Lennon Ferreira Corezomaé (Umutina-Balatiponé)

FAED – Bloco 08 – Anfiteatro

Exposição de Cerâmica e Fotografias de Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul (NEABI/UFMS) (SBPC Afro e Indígena)

Segunda-feira, 22/7/2019 – das 09h00 às 18h00

Hall da Unidade VI

[topo](#)

## **PARA+ - TEMPO REAL**

### **Pesquisa busca novo tratamento para câncer cerebral**

#### **Desenvolvido em parceria da Unicamp com o IPT, estudo envolve o uso de ferramenta genética e nanotecnologia**

Uma pesquisa desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que conta com a expertise do Laboratório de Biotecnologia Industrial do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para implantar sua aplicação, está buscando as bases de uma nova nanopartícula para o tratamento do glioblastoma, um tipo de câncer cerebral.

Por meio da técnica conhecida por RNA de interferência, ou RNAi, a ideia é impedir a formação de proteínas necessárias às células tumorais para a sua proliferação ou mesmo sobrevivência, o que pode, na prática, diminuir ou evitar o crescimento de tumores.

O glioblastoma é o tipo mais comum de câncer cerebral, representando cerca de 25% dos tumores cerebrais primários, e recebe esse nome por ter início na glia, que são células não neuronais do sistema nervoso central que proporcionam suporte e nutrição aos neurônios. O RNA, ou ácido ribonucléico, é uma molécula produzida a partir do DNA e o produto intermediário para que a informação genética seja fornecida pelo corpo como proteínas.

A técnica aplicada por Cyro von Zuben de Valega Negrão, aluno de doutorado pelo programa de Genética e Biologia Molecular do Instituto de Biologia da Unicamp, participante do programa Novos Talentos do IPT e responsável pela pesquisa, busca como princípio ativo do fármaco pequenos fragmentos de RNA (siRNA, do inglês small interfering RNA) capazes de degradarem a sequência completa dos RNAs dos genes alvos das células de glioblastoma. O princípio ativo seria encapsulado em nanopartículas, o que auxiliaria na condução do medicamento ao tumor.

“Degradando o RNA, podemos impedir a produção de proteínas fundamentais ao desenvolvimento da célula”, completa o pesquisador. “Nós temos como alvos principais hoje proteínas que permitem a proliferação e sobrevivência das células, além das que estimulam a angiogênese, que é capacidade de criar vasos – são eles que alimentam e fornecem oxigênio a essas estruturas. Coibindo a produção das proteínas, o tumor pode parar de crescer, ou mesmo diminuir, já que suas células não estarão recebendo nutrientes” esclarece Negrão.

Segundo o aluno, o estudo também engloba genes alvos que são responsáveis pela resistência de fármacos consolidados hoje no mercado, possibilitando, dessa forma, que esses possam recuperar a eficiência anterior.

O trabalho do Cyro, que se iniciou em 2018, é orientado pelo professor Henrique Marques-Souza, da Unicamp, e coorientado pela chefe do laboratório do IPT, Natália Neto Pereira Cerize, além de ter o apoio da pesquisadora Patrícia Leo, também do Instituto. O trabalho tem previsão de conclusão entre 2021 e 2022 e conta também com o apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (FIPT).

topo ↕

## **PBAGORA - TEMPO REAL**

### **Bolsonaro anuncia bloqueio de R\$ 1,44 bi; saúde e educação atingidos**

Depois de revisar para baixo a expectativa de crescimento da economia neste ano, o Ministério da Economia anunciou nesta segunda-feira (22) um novo bloqueio de gastos de R\$ 1,44 bilhão no orçamento deste ano.

O objetivo da área econômica, ao conter despesas na peça orçamentária, é tentar atingir a meta de um déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida pública) de até R\$ 139 bilhões fixada para este ano.

O crescimento menor da economia gera uma arrecadação de impostos menor que a prevista. Isso faz com que o governo tenha mais dificuldade para cumprir a meta fiscal.

Por isso, o governo bloqueia despesas no orçamento.

Neste domingo (20), o presidente Bolsonaro já havia alertado que poderia ser feito um novo contingenciamento, no valor de R\$ 2,5 bilhões.

O bloqueio anunciado nesta segunda-feira só não foi maior porque o governo utilizou a parte de uma chamada “reserva orçamentária” – ou seja, valores que ainda não haviam sido liberados para gastos. Foram utilizados R\$ 809 milhões dessa reserva.

Revisões orçamentárias anteriores

Em março, o governo já havia anunciado um contingenciamento de R\$ 29,7 bilhões em despesas previstas para o ano de 2019, justamente para tentar atingir a meta fiscal. Desse total, R\$ 5,8 bilhões foram cortados da Educação, R\$ 5,1 bilhões na Defesa e R\$ 2,9 bilhões em emendas parlamentares. Isso motivou protestos em 15 de maio.

No fim de maio, em nova revisão orçamentária, o governo anunciou que, mesmo estimando um PIB mais baixo do que anteriormente, resolveu recompor o orçamento de R\$ 1,587 bilhão (que havia sido alvo de novo bloqueio no início de maio) e liberou R\$ 56 milhões para o Ministério do Meio Ambiente.

Para poder fazer isso, utilizou de uma “reserva de contingência” existente no orçamento de 2019 – que era de R\$ 5,37 bilhões; caiu, naquele momento, para R\$ 1,562 bilhão.

Efeito dos contingenciamentos

Devido à retenção de verbas orçamentárias, os recursos para custeio e investimentos estimada para este ano são os menores desde 2008, quando começou a série história do Tesouro Nacional, em todas as áreas, não somente para Educação.

O limite dos gastos discricionários (não obrigatórios) caiu de R\$ 129 bilhões para R\$ 87,41 bilhões em 2019. O governo afirma que buscará reverter o bloqueio no decorrer de 2019 e, com isso, tentar elevar o limite dos gastos com custeio e investimentos.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o espaço necessário para os gastos públicos deve ficar acima de R\$ 75 bilhões. Assim, diz a IFI, não haverá problemas no funcionamento de ministérios nem na operacionalização de políticas públicas.

Esse seria o piso necessário, de acordo com o órgão, para evitar o chamado “shutdown” da máquina pública ou “desligamento”, por meio do qual o governo tem o funcionamento prejudicado e não consegue produzir alguns serviços públicos para a sociedade.

De acordo com estudo do economista e pesquisador Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, porém, quando se olha para “todos os indicadores disponíveis”, a impressão é que se a despesa discricionária ficar abaixo de R\$ 120 bilhões é “muito provável que o governo federal já esteja muito próximo de aplicar um shutdown na prática”.

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios, estão:

Investimentos em infraestrutura;  
Ações de defesa agropecuária;  
Bolsas do CNPq;  
Concessão de bolsas de estudo (**Capes**);  
Pronatec;  
Emissão de passaportes;  
Farmácia popular;  
Fiscalização ambiental (Ibama);  
Bolsas para atletas;  
Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;  
Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).  
Receitas e despesas

Para efetuar a liberação de recursos, ou bloqueio no orçamento, o governo faz uma reestimativa das receitas e das despesas em relação aos valores aprovados na previsão anterior, nesse caso, em maio deste ano.

De acordo com os cálculos do Ministério da Economia, houve uma queda de R\$ 5,296 bilhões na estimativa de receitas do governo para este ano, na comparação com a previsão anterior.

O governo reduziu em R\$ 5,951 bilhões a expectativa para as receitas administradas neste ano (impostos e contribuições federais), mas elevou em R\$ 1,106 bilhão a previsão de “royalties” do petróleo, em R\$ 1,477 bilhão a estimativa para receitas do INSS, e em R\$ 233 milhões a contribuição para o salário-educação, entre outras).

Ao mesmo tempo, também previu uma queda de R\$ 3,470 bilhões nas despesas obrigatórias.

Veja abaixo a mudança nas estimativas dos principais gastos do governo:

Benefícios previdenciários: queda de R\$ 701 milhões  
Pessoal e encargos sociais: aumento de R\$ 410 milhões  
Créditos extraordinários: queda de R\$ 1,857 bilhão  
Subsídios e subvenções: queda de R\$ 542 milhões  
Sentenças judiciais e precatórios: queda de R\$ 1,464 bilhão  
Impacto do Fies: aumento de R\$ 75 milhões  
BPC e Loas: aumento de R\$ 206 milhões

[topo](#)

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **FNDE apresenta as alterações do PNLD 2020**

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) apresentou, no dia 12 de junho de 2019, a nova proposta do edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

O FNDE é um órgão que possui várias responsabilidades nas atividades e programas da educação básica do Brasil. Ele atua na educação profissional, tecnológica, ensino superior e ainda possui responsabilidade com a alimentação e o transporte escolar.



De acordo com a edição do PNLD para o ano de 2020, serão distribuídos gratuitamente livros didáticos e literários para as instituições de ensino da rede pública que possuem turmas do fundamental 2, conhecidos também como os anos finais do Ensino Fundamental.

Uma das principais mudanças no edital se diz respeito ao período de utilização dos livros didáticos. Os materiais disponibilizados por meio do PNLD ficarão à disposição da escola por quatro anos. Antigamente, os materiais eram utilizados por 3 anos consecutivos.

Outro ponto a destacar como mudança no PNLD 2020 é a suspensão da aquisição e distribuição de obras de Língua Espanhola.

O tópico que sofreu mudança no edital do PNLD de 2017 para o 2020 diz respeito ao formato fixo das obras. Em 2017, os livros didáticos eram inscritos em duas possíveis opções: o primeiro tipo era formado por livro do estudante impresso e o manual do professor impresso e em formato multimídia. Já o segundo tipo era composto por apenas o livro do estudante e manual do professor impresso.

Para 2020, o material é composto pelo livro do estudante impresso, manual do professor impresso e o material digital que oferece conteúdos complementares.

Além das mudanças apresentadas acima, foram introduzidas algumas novidades para o PNLD 2020:

As obras aprovadas no PNLD precisam estar adequadas ao BNCC.

Existe a possibilidade de as instituições de ensino escolherem livros didáticos interdisciplinares para Língua Portuguesa e Arte.

A partir de 2020, os educadores das áreas de Educação Física poderão usufruir de livros didáticos.

Os professores terão a possibilidade de aproveitar o conteúdo complementar do material digital dentro da sala de aula.

Como o novo edital já está disponível no site do MEC, é interessante que as escolas e os educadores se atualizem e compreendam todos os pontos da nova regra do PNLD. A partir daí, o processo de escolha dos materiais fica muito mais fácil, já que todos profissionais estarão a par sobre todo o processo da aprovação das obras.

## **O GLOBO - RJ - OPINIÃO**

### **O futuro das Federais**

O programa Future-se, anunciado pelo MEC para fortalecer a autonomia administrativa e financeira das universidades federais, procura responder a um anseio antigo de dar às instituições maior autonomia e flexibilidade de captação e gestão de recursos orçamentários e de seus bens patrimoniais. Para entender e avaliar o programa, é necessário considerar três aspectos principais: o institucional, o educacional propriamente dito e o financeiro.

O ideal seria que as universidades deixassem de ser repartições públicas e adquirissem um status legal próprio, combinando a flexibilidade da legislação privada com mecanismos que garantam suas funções públicas. O modelo disponível é o das organizações sociais, já adotado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) e

outras instituições. Ao invés de tentar isso diretamente, o MEC está propondo uma via indireta, que é fazer com que as universidades estabeleçam convênios com organizações sociais existentes ou a serem criadas, que assumiriam parte ou a totalidade de suas funções de gestão, governança e empreendedorismo. Embora a ênfase seja em atividades de pesquisa, é possível dar uma interpretação mais ampla, já que as OS teriam funções gerais de gestão patrimonial e dos planos de ensino, pesquisa e extensão das universidades.

O modelo proposto lembra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que hoje administra a maioria dos hospitais universitários federais. A dúvida é quem comandaria estas organizações, e qual seria seu relacionamento com as reitorias, órgãos departamentais e coordenações de curso. A proposta não deixa claro se cada universidade teria sua própria OS ou não, mas prevê a criação de um Comitê Gestor para todo o conjunto, que, em última análise, substituiria o próprio Ministério da Educação nas funções de avaliação e controle do sistema.

Apesar da possível abrangência, o programa está destinado, claramente, a uma parte relativamente pequena das universidades, que são as atividades de pesquisa e inovação. Existem hoje cerca de 120 instituições federais de ensino e pesquisa, que atendem cerca de 1,3 milhão de estudantes de graduação e 170 mil de pós-graduação, e mais cerca de 350 mil em cursos de nível médio, sobretudo nos institutos federais.

A **Capes** lista cerca de 3.500 cursos de pós-graduação nas federais, dos quais somente 140 são considerados de nível 7, considerados de nível 7, de padrão internacional, 90% dos quais concentrados em dez instituições. Estas, em princípio, teriam condições de se beneficiar do novo programa, se internacionalizar e atrair recursos competitivos públicos e privados. Os demais cursos de pós-graduação são, preponderantemente, de aperfeiçoamento profissional, nos quais a pesquisa tem importância secundária. Mesmo nas melhores instituições, o grosso da atividade é de ensino. Não fica claro se as universidades que aderissem ao programa deveriam manter duas estruturas separadas, uma de pesquisa e inovação e outra do ensino regular, e qual seria a política do Ministério da Educação para os cursos de graduação de todo o conjunto.

O ministério prevê que o programa poderia captar cerca de R\$ 100 bilhões, o que parece demasiado otimista, tanto em relação à capacidade das universidades de atrair investimentos quanto à disposição do governo de criar incentivos fiscais e disponibilizar recursos próprios. Hoje, o sistema federal custa cerca de R\$ 60 bilhões anuais, dos quais 90% em salários e aposentadorias. Então, os novos recursos seriam "dinheiro novo", o que seria bem-vindo, havendo a preocupação, no entanto, que isso leve a uma redução ainda maior do financiamento regular de custeio e investimentos. Além disso, fica em aberto a questão de se as universidades estaduais e privadas teriam acesso a estes fundos.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - NAS ENTRELINHAS**

### **A inércia do erro**

### **O presidente da República vem tomando decisões na base do achismo, desconsiderando indicadores científicos**

Há casos famosos de líderes que preferiram matar o mensageiro a reconhecer os próprios erros. Em 335 a.C., o imperador persa Dario III, em guerra com Alexandre Magno, da Macedônia, ao ser alertado sobre os possíveis erros de sua estratégia pelo

mercenário grego Charidemus, resolveu estrangulá-lo num ataque de fúria. Acabou derrotado. Também é famoso o caso do almirante inglês Clowdisley Shovell, que havia derrotado os franceses no Mediterrâneo e naufragou a sudoeste da Inglaterra, em meio a um nevoeiro, porque não quis reconhecer que seus cálculos de navegação estavam errados, perdendo cinco navios e dois mil homens. Preferiu enforcar o subalterno.

É mais ou menos o que está fazendo o presidente Jair Bolsonaro com o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Magnus Osório Galvão, a quem acusou de estar “a serviço de alguma ONG” por divulgar dados que mostram o grande aumento do desmatamento na Amazônia. Funcionário de carreira, com uma longa folha de serviços prestados, o pesquisador rebateu as acusações e reafirmou a veracidade dos dados sobre desmatamento divulgados pelo Inpe, cuja política de transparência permite o acesso completo aos dados e adota metodologia reconhecida internacionalmente.

De acordo com números divulgados pelo Inpe no início deste mês, o desmatamento na Amazônia Legal brasileira atingiu 920,4 km<sup>2</sup> em junho, um aumento de 88% em comparação com o mesmo período do ano passado. Áreas da Amazônia que deveriam ter “desmatamento zero” perderam território equivalente a seis cidades de São Paulo em três décadas. Fora das áreas protegidas, a Amazônia perdeu 39,8 milhões de hectares em 30 anos, o que representa 19% sobre toda a floresta natural não demarcada que existia em 1985, uma perda equivalente a 262 vezes a área do município de São Paulo. Nas áreas protegidas, a perda acumulada foi de 0,5%. É óbvio que a nova política para o meio ambiente já é um fracasso.

Houve protestos de instituições como a Academia Brasileira de Ciência e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). “Críticas sem fundamento a uma instituição científica, que atua há cerca de 60 anos e com amplo reconhecimento no país e no exterior, são ofensivas, inaceitáveis e lesivas ao conhecimento científico”, diz a nota da SBPC. Segundo a entidade, dados podem ser questionados em bases científicas e não por motivações políticas e ideológicas.

Bolsonaro argumenta que, antes de divulgar dados sobre desmatamento no Brasil, o diretor do Inpe deveria, no mínimo, procurar o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, ao qual está subordinado, para informar antecipadamente o conteúdo que seria divulgado. Afirmou que está acostumado com “hierarquia e disciplina” e questionou a divulgação de dados sem seu prévio conhecimento. Segundo Bolsonaro, pode haver algum equívoco na divulgação das informações ambientais sem um crivo prévio do governo, sob o risco de “um enorme estrago para o Brasil”.

## Conselhos

Políticas públicas e indicadores sobre a realidade brasileira, porém, devem ter transparência e serem acessíveis ao público, pois são elementos fundamentais para análises e pesquisas. O problema é outro. O presidente da República toma decisões na base do “achismo”, desconsiderando indicadores científicos, sem levar em conta que a inércia do erro num país de dimensões continentais como o Brasil, que tem uma escala muito grande, pode ser muito desastrosa.

É o que está acontecendo com o desmatamento, em razão do estímulo ao avanço do agronegócio em áreas de proteção ambiental e das medidas adotadas contra a política de

fiscalização do Ibama. Os números divulgados pelo Inpe mostram o tamanho do estrago que o governo agora quer varrer para debaixo do tapete.

Na verdade, no Palácio do Planalto, enquanto sobram decisões intempestivas, falta planejamento. O mesmo fenômeno pode vir a ocorrer no trânsito, por exemplo, com as mudanças propostas em relação às multas — não vamos nem considerar as cadeirinhas de bebê e os cintos de segurança. O endurecimento das regras não ocorreu por acaso, mas em razão do impacto dos acidentes de trânsito nos indicadores de mortes violentas e nos custos do sistema de saúde pública.

O dismantelamento dos conselhos que subsidiavam as políticas públicas, a pretexto de dar mais agilidade às decisões do governo, tem o objetivo de eliminar o contraditório na tomada de decisões. Entretanto, tende a aumentar a margem de erro e gerar contenciosos desnecessários com a sociedade, o que pode ter efeito exatamente ao contrário do objetivo de alcançar mais eficiência.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - EDITORIAL**

### **Avaliação do servidor público**

A avaliação funcional no serviço público não raro soa como palavrão. Transmite a ideia de que se trata de guarda-chuva sob cuja sombra se abrigam injustiças e perseguições. O servidor poderia se tornar vítima de chefe impiedoso que, graças ao cargo que exerce, teria o poder de prejudicar desafortunados e beneficiar protegidos. Uma canetada seria suficiente para selar o destino de profissionais que se submeteram a dura disputa para conquistar uma vaga no serviço público.

É, sem dúvida, visão distorcida do papel exercido pela análise de desempenho. A avaliação constitui importante instrumento para fazer diagnóstico, corrigir rumos e traçar políticas aptas a aperfeiçoar o processo em benefício da instituição e do servidor. Pode-se compará-la a pessoa que apresenta um quadro de febre frequente. Ela tem duas saídas. Uma: fica em casa, à espera da reação do organismo. A outra: vai ao médico, que a examina e pede exames. Com os resultados em mão, ele descobre a enfermidade e prescreve os remédios para lhe devolver a saúde.

Na iniciativa privada, a avaliação constitui critério essencial para promoções e concessão de benefícios. Nada mais justo. A decisão baseia-se em dados objetivos, distantes da subjetividade que pode acarretar perdas ao trabalhador e à empresa. Estabelecem-se metas mensuráveis que motivam o empregado a atingi-las e obrigam a organização a fornecer os meios materiais e emocionais para ajudá-lo no desafio. O resultado é o ganha-ganha. Ambas as partes saem satisfeitas e fortalecidas.

O serviço público tem adotado a prática em determinados setores. É o caso da educação. Desde a década de 90, avaliações da aprendizagem se tornaram rotina nos diferentes níveis de ensino. Até então, decidia-se o rumo a tomar com base no achismo. Ocorria o que Lewis Carroll sintetizou magistralmente no livro Alice no país das maravilhas: “Para quem não sabe aonde vai, qualquer caminho serve”. O desempenho dos estudantes nos testes aplicados pelo MEC escancarou a má qualidade da escola brasileira e tornou possível mudanças exitosas levadas avante por estados como Ceará, Goiás e Pernambuco.

Tramitam no Congresso Nacional projetos que aferem o desempenho funcional,

regulamentam o direito de greve, criam a possibilidade de demissão por insuficiência de desempenho. São iniciativas importantes, daí por que merecerão muitos debates. Mas, ao final, para ganharem legitimidade, é essencial que desemboquem em critérios objetivamente mensuráveis como assiduidade, produtividade, responsabilidade, disciplina e capacidade de iniciativa. Um serviço público de qualidade é dívida que o Estado tem com a sociedade. O brasileiro paga uma das mais pesadas cargas tributárias do mundo sem que receba a contrapartida à altura. É hora de mudar.

topo ↕

**CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

**Mudanças chegam ao Conad**

**Decreto retira os especialistas e os representantes civis do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas**

SOCIEDADE

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) promoveu uma mudança na composição do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) que, entre outras funções, aprova o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas. Um decreto publicado ontem no Diário Oficial da União retirou todos os especialistas e representantes da sociedade civil do grupo, que será composto apenas por membros do governo e dos conselhos estaduais antidrogas. Com a mudança, foram reduzidos de 31 para 14 o número de cadeiras. Essa é mais uma das alterações em conselhos, que se tornaram rotina desde a posse do presidente.

Criado em 2006, o Conad contava com a participação de um jurista indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); com um médico, pelo Conselho Federal de Medicina (CFM); um psicólogo, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), um assistente social, pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), um enfermeiro, pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), um cientista, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e um educador indicado pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Todas essas vagas foram excluídas.

Dos 14 integrantes do conselho, 12 serão membros com cargo de ministro ou indicados por ministério ou órgão federal, um integrante de conselho estadual e outro, de órgão estadual sobre drogas. O Conad é presidido pelo ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro. A partir de agora, o ministro da Cidadania, Osmar Terra, passa a integrar o conselho. Segundo o decreto, é “vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e do Ministro de Estado da Cidadania”.

Para Paulo Aguiar, do Conselho Federal de Psicologia, até então titular no Conad, a medida representa um retrocesso. “O Conad trata de questão complexa, que agora vem sendo tratada com uma perspectiva mais ligada a crenças, se afastando do científico. A gente a baseia na ciência e no conhecimento produzido pelos representantes da sociedade civil. Esse conselho não é mais conselho, mas sim um grupo interministerial”, concluiu. Para ele, o decreto está conectado à PEC 108, que prevê a extinção dos conselhos profissionais. “Foi tudo arquitetado. É uma articulação, uma tentativa de diminuir a democracia nesse processo. O governo Bolsonaro se fecha em si, afastando a sociedade e construindo um projeto autoritário”, opina.

Em nota, a União Nacional dos Estudantes (UNE) lamentou a decisão. “Ampliar o debate sobre as drogas no Brasil é bandeira da UNE. É uma questão que deve ser tratada

do ponto de vista da saúde pública, social e do tráfico. Excluir agentes que possam contribuir com esses conhecimentos é um retrocesso sem tamanho”, afirmou o presidente da UNE, Iago Montalvão.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) classificou a medida como ‘autoritária e antidemocrática, que impõe um modelo de combate ao uso de drogas violento e punitivo, que visa trancafiar o usuário em comunidades terapêuticas que, na maioria das vezes, se parecem com manicômios que violam direitos humanos fundamentais, como denunciado em outras ocasiões’.

Entre as recentes políticas sobre drogas do governo Jair Bolsonaro, está a sanção da lei aprovada pelo Congresso que autoriza a internação involuntária de dependentes químicos, sem a necessidade de autorização judicial. A medida gera divergências. O CFESS defende que o tratamento seja realizado no Sistema Único de Saúde (SUS).

Em nota, o Ministério da Justiça afirmou que a nova estrutura de funcionamento do Conad moderniza a interlocução com a sociedade e com os diversos órgãos públicos envolvidos nas políticas antidrogas e que a criação de um Grupo Consultivo permitirá a participação efetiva de seis especialistas na área de políticas sobre drogas. “Somos contra a liberalização das drogas”, escreveu, no Twitter, o presidente Jair Bolsonaro. “Há décadas a esquerda se infiltrou em nossas instituições e passou a promover sua ideologia travestida de posicionamentos técnicos. O decreto que assinei hoje extingue vagas para órgãos aparelhados no Conselho Nacional de Drogas e acaba com o viés ideológicos nas discussões”

Liberação de mais agrotóxicos

O Ministério da Agricultura aprovou ontem o registro de mais 51 agrotóxicos, totalizando 262 somente neste ano. O ritmo de liberação de pesticidas nunca foi tão alto para o período. Do lote liberado, 7 são produtos formulados, ou seja, aqueles que os agricultores podem comprar em lojas de insumos agrícolas, e seis são produtos com o princípio ativo sulfoxaflor, que controla insetos que atacam frutas e grãos, como a mosca branca e o psilídeo. O sulfoxaflor é relacionado à redução de enxames de abelhas e está em estudo no exterior. Segundo o governo, o uso do agrotóxico no Brasil deverá seguir as orientações estabelecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

topo ↕

**FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Ministro da Educação, Abraham Weintraub discute com manifestantes no Pará Grupo entregou kafta em referência ao episódio em que errou o sobrenome do escritor Franz Kafka**

Alter do Chão

O ministro Abraham Weintraub (Educação) se envolveu em uma discussão com ativistas em Alter do Chão (PA), onde passa alguns dias com a família.

O ministro foi abordado por ativistas do Engajamundo, uma rede de jovens organizados pelo Brasil. O grupo entregou a ele uma kafta, referência irônica ao episódio no qual ele errou a pronúncia do sobrenome do celebrado escritor Franz Kafka, chamando-o pelo nome da iguaria árabe.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/ministro-da-educacao-abraham-weintraub-discute-com-manifestantes-no-para.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO SOS...**

O novo contingenciamento orçamentário atingiu em cheio o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que suspendeu o edital de bolsas especiais para a pós-graduação.

» ... da ciência. O conselho tinha a expectativa de receber recursos do crédito suplementar, caso ele tivesse sido aprovado pelo Congresso, o que não ocorreu.

» Limite. Segundo o CNPq, a partir de setembro não haverá mais dinheiro para pagar as bolsas em andamento dos pesquisadores.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ELIANE CANTANHÊDE "Paraibas" e "melancias"**

Nas democracias, líderes políticos e governantes devem ter relações institucionais e ampliar contatos, interlocutores e aliados. O presidente Jair Bolsonaro faz justamente o oposto: ele parece determinado a confrontar e irritar todo mundo que não pensa exatamente igual a ele. Uns são “paraíba”, outros são “melancia”, e só ele sabe o que é bom para o País. Isso não soma, só divide e acirra os ânimos.

Depois de usar um termo pejorativo contra nordestinos e dizer que “não é para dar nada” ao governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB),

Bolsonaro não se contentou com a reação em bloco dos governadores da região – a mais oposicionista do País – e foi cutucar Rui Costa, da Bahia. O que seria uma festa de inauguração de aeroporto, hoje, em Vitória da Conquista, virou motivo de guerra.

Na versão do governador, que é do PT, Bolsonaro “excluiu o povo” e transformou a festa numa “reunião político-partidária” com os seus apoiadores, com uma claqué organizada. De 300 convites, só 70 teriam sido para o governo local. Rui Costa decidiu não ir e gravou um vídeo de desagravo.

Bolsonaro também partiu para cima do general da reserva Luiz Rocha Paiva, que considerou “antipatrióticas e incoerentes” suas manifestações sobre os nordestinos. Segundo o presidente, na tréplica, o general não passa de um “melancia”. Sabem o que é isso? É um militar com a farda verde por fora e alma vermelha por dentro. Ou seja, um militar de esquerda. Ou o general se irritou ou deve ter dado muita gargalhada. E não só ele...

O diretor do Inpe, Ricardo Galvão, é outro que entrou na mira e não abaixou a cabeça. Depois de desqualificado publicamente por Bolsonaro, como se estivesse “a serviço de ONGs”, ele avisou ao Estado que não vai se demitir e classificou a atitude do presidente de “pusilânime e covarde”. E o que será que a Ancine e a turma ativa e organizada do cinema andarão aprontando para se defender dos ataques palacianos?

As investidas do presidente, porém, não param por aí e agora não são mais só de tempos em tempos, mas de horas em horas. Ontem, ele voltou as baterias novamente para os

conselhos, tão essenciais para a troca de experiência, o debate, o contraditório e, principalmente, a definição de políticas públicas. E atingiu um em cheio: o de políticas sobre drogas, o Conad.

O Supremo já decidiu em junho, por unanimidade, mas provisoriamente, que o presidente não pode extinguir por decreto conselhos que foram criados por lei, ou seja, com aval do Congresso. Mas Bolsonaro manteve exatamente o mesmo discurso de antes, avisando que vai enxugar os conselhos e extinguir “a maioria” deles. É até possível que haja excesso de conselhos, mas o corte de Bolsonaro tem motivação particular: é um corte ideológico.

Detalhe: ele é o presidente que mais governa via decretos, só atrás (ainda) de Collor. Decretos entram em vigor imediatamente, dispensando aval de Câmara e Senado. Têm, pois, menos força do que projetos de lei. E são mais autoritários.

Após submeter o ministro Sérgio Moro ao constrangimento de desconvidar a pesquisadora Ilona Szabó para o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Bolsonaro acaba de excluir do Conad os especialistas que lidam com drogas no cotidiano: jurista, médico, psicólogo, assistente social, enfermeiro, educador e cientista. Um espanto!

É assim que, depois do Inpe, Ancine, IBGE, FioCruz, Ibama, ICMBio, Funai e universidades, Bolsonaro atrai contra si chuvas e trovoadas da OAB, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (a emblemática SBPC) e dos conselhos de Medicina, Psicologia, Serviço Social, Enfermagem e Educação. Já imaginou se o saque do FGTS for só de R\$ 500, conforme antecipou o Estado?

Bolsonaro contra institutos, governadores, conselhos, fundações e mais um general

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Especialistas defendem monitoramento**

A comunidade científica do Brasil e especialistas em sensoriamento remoto e avaliação do desmatamento vem se manifestando desde domingo em defesa dos dados divulgados pelo Inpe. E da transparência dessa informação como a melhor forma de combater o problema.

“Os dados do Inpe são respeitados e inquestionáveis. É consenso na comunidade internacional de que o sistema de monitoramento da Amazônia é de excelência”, comentou o pesquisador Gilberto Câmara, ex-diretor do Inpe (entre 2006 e 2013) e hoje diretor do secretariado do Grupo de Observações da Terra. O GEO é um organismo intergovernamental, ligado às Nações Unidas, de uso de dados de observação da Terra para monitoramento das condições do planeta. Basicamente todo mundo que trabalha com imagens de satélites está reunido ali. “O respeito a essas informações se dá justamente porque são abertas e podem ser checadas por outras instituições internacionais.”

O pesquisador Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas, que trabalha com sensoriamento remoto, lembra que houve tentativas de outros presidentes de controlar a regularidade de publicação dos dados do Inpe em momentos de crise. “Nos anos 1990 e até o início dos anos 2000, a divulgação dos dados era mais restritiva. Passavam pela



presidência e, inclusive, pela área militar do governo. É uma queda de braço que não é inédita”, afirma.

“Mas hoje o Inpe é reconhecido internacionalmente como fonte confiável de dados por causa de sua transparência”, diz o cientista. Para ele, levar a medida adiante é jogar fora um trabalho de décadas. “Como consequência, o mercado buscará outras fontes de dados produzidas por ONGs ou instituições estrangeiras poderão se tornar o novo parâmetro para julgar o desmatamento no Brasil.”

topo ↕

## O GLOBO - RJ - ECONOMIA

### **União bloqueia mais R\$ 1,4 bilhão do Orçamento**

### **Corte poderia ter sido maior, mas Ministério da Economia optou por gastar R\$ 809 milhões de reserva, que agora está zerada**

O governo anunciou ontem um bloqueio de mais R\$ 1,4 bilhão no Orçamento. O contingenciamento foi necessário porque a previsão de crescimento da economia caiu de 1,6% para 0,8%. Assim, a expectativa de arrecadação de impostos e contribuições também recuou. Com a medida, o total de recursos bloqueados neste ano já ultrapassa R\$ 30 bilhões.

Os dados fazem parte de um relatório divulgado a cada dois meses pelo Ministério da Economia para avaliar a situação de receitas e despesas. O objetivo é ajustar o Orçamento ao longo do ano para garantir o cumprimento da meta fiscal. Neste ano, o déficit não pode passar de R\$ 139 bilhões.

Em março, na primeira reavaliação, a equipe econômica anunciou bloqueio de pouco mais de R\$ 29 bilhões, ao constatar que o ritmo da economia seria pior do que o esperado no ano passado, quando o Orçamento foi elaborado. Em maio, as expectativas para o crescimento pioraram de novo, mas os técnicos resolveram usar parte de uma reserva de emergência para evitar novos cortes, após protestos contra bloqueios na Educação.

Agora, o que tinha sobrado desse colchão orçamentário foi usado novamente. As contas do Ministério da Economia mostraram uma necessidade de cortes de R\$ 2,2 bilhões. A tesourada foi amortecida pelo uso de R\$ 809 milhões da reserva —que agora está zerada. Assim, o corte que terá realmente efeito será de R\$ 1,4 bilhão no Poder Executivo. Os outros poderes (Legislativo, Judiciário e Ministério Público) sofrerão bloqueio de R\$ 15 milhões. Os cortes afetam apenas as chamadas despesas discricionárias, como custeio e investimentos. Não entram na conta gastos obrigatórios, como salários.

Com essa revisão, a previsão de despesas discricionárias será em torno de R\$ 96 bilhões. O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, admitiu que esse volume é “muito baixo” e disse que há risco de paralisação da máquina pública, o chamado shutdown. Ele afirmou, no entanto, que o governo trabalha para evitar esse cenário, elaborando medidas para estimular a economia:

— Esse valor de despesas discricionárias é muito baixo. Largamos este ano com o valor de R\$ 126 bilhões. Em função do contingenciamento feito, o número caiu para R\$ 96 bilhões. A nossa intenção é que esse valor seja recomposto, ou que a gente consiga mantê-lo nesse patamar. Se não tivermos despesas discricionárias suficientes, teremos,

sim, problemas de execução nos ministérios.

A reavaliação desse mês foi impactada pela revisão da expectativa de arrecadação de impostos, que foi cortada em R\$ 5,2 bilhões. A projeção poderia ter piorado ainda mais, não fosse a expectativa de receber R\$ 1,1 bilhão a mais do que inicialmente esperado com royalties de petróleo e outros minérios. Também ajudou a revisão para baixo da projeção de despesas, que diminuiu em R\$ 3,4 bilhões.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

### Sob controle

#### **Governo retira sociedade civil do Conselho de Políticas sobre Drogas**

#### MUDANÇA NO CONAD

Um decreto do presidente Jair Bolsonaro publicado no Diário Oficial de ontem determinou que o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), ligado ao Ministério da Justiça, terá sua composição reduzida e não contará mais com representantes da sociedade civil, apenas com membros do governo ou por ele indicados.

Criticada por especialistas, a medida se enquadra na política do atual governo de extinguir a maioria dos conselhos ligados à administração federal. “Há décadas a esquerda se infiltrou em nossas instituições e passou a promover sua ideologia travestida de posicionamentos técnicos”, escreveu o presidente, no Twitter. “O decreto que assinei hoje extingue vagas para órgãos aparelhados no Conselho Nacional sobre Drogas e acaba com o viés ideológico nas discussões”.

Criado em 2006, o Conad é responsável por acompanhar e atualizar as políticas e programas sobre drogas no país. Era composto por 28 membros, sendo 16 deles de entidades como os conselhos federais de Medicina, Psicologia, Enfermagem e Educação, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), além de especialistas em drogas.

Em sua nova composição, o conselho terá 14 integrantes, entre eles os ministros da Justiça (Sergio Moro) e da Cidadania (Osmar Terra), que passam a dividir a presidência do órgão. Terra, membro do conselho desde 2016, vem tomando a dianteira no debate da nova Política Nacional sobre Drogas no governo Bolsonaro, embora a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas esteja sob o guarda-chuva da pasta de Moro. Abaixo dos dois ministros, no novo Conad, ficarão 12 conselheiros, todos representantes de outras pastas, como Defesa, Economia e Relações Exteriores, ou de secretarias de governo.

O decreto que altera o Conad prevê que o órgão terá um Grupo Consultivo, este sim com especialistas, mas indicados pelo governo: três serão nomeados por Moro e outros três, por Terra. Ao grupo caberá “elaborar diagnósticos, recomendações e propostas sobre drogas”. Para especialistas, no entanto, a criação de um grupo paralelo ao conselho não muda o fato de que a sociedade civil perdeu sua representatividade no órgão.

#### MUDAR PARA MODERNIZAR"

Questionado pelo GLOBO, o Ministério da Justiça afirmou que o novo modelo do

Conad “moderniza a interlocução com a sociedade e com os diversos órgãos públicos envolvidos nas políticas antidrogas”. A pasta informou ainda que, além de juristas e médicos, que tradicionalmente informaram as decisões do Conad, outros passarão a “subsidiar seus processos decisórios”.

Paulo Aguiar, do Conselho Federal de Psicologia — um dos representantes cortados do Conad —, considerou o argumento do ministério “uma falácia”.

— Como se moderniza um processo desconstruindo um modelo que vinha funcionando, que tinha participação efetiva da sociedade?— pergunta Aguiar. — A mudança no Conad é um ataque à democracia e também ilustra a aversão ao conhecimento neste governo, ao retirar do conselho de fato especialistas que lidam diretamente com a temática e que têm estudos de longa data sobre o uso de drogas no país.

O psiquiatra Antônio Geraldo da Silva, que representava o Conselho Federal de Medicina no conselho, também criticou as mudanças.

— É sabido que não se pode trabalhar esse assunto restrito apenas à participação governamental. O tema é complexo e vai além do controle do Estado. Há um sólido consenso nas sociedades brasileira e internacional de que os problemas decorrentes do uso de álcool, tabaco, maconha, cocaína e outras drogas interessam a toda a sociedade e têm origens complexas.

## PESQUISADOR AFASTADO

Entre os conselheiros que deixarão o Conad após o decreto presidencial está Francisco Inácio Bastos, que, segundo o Ministério da Justiça, atuava no conselho como representante da SBPC. Prestigiado pesquisador da área, Bastos coordenou, pela Fiocruz, o 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.

A pesquisa ouviu mais de 16 mil brasileiros, mas acabou engavetada pelo governo e atacada pelo ministro Osmar Terra. Para ele, há uma “epidemia de drogas” no Brasil, algo que o estudo não confirmou.

Em nota, a Comissão Especial de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) expressou “preocupação com a exclusão dos representantes da sociedade civil e especialistas da discussão e elaboração de políticas públicas formuladas no âmbito do Conad”.

Diretor da Secretaria Nacional de Drogas (Senad), entre 2013 e 2016, o psiquiatra Leon Garcia engrossa o coro de especialistas que dizem que o novo conselho converteu-se em “um grupo de trabalho interministerial”

— O Conad é um instrumento para construir uma política de Estado sobre drogas. Não consigo imaginar essa construção sem debater com psicólogos, assistentes sociais, médicos, cientistas, advogados, jornalistas etc. Quem tem medo do debate? —questiona Garcia.

(Colaboraram Ana Paula Blower, do Rio, Gabriel Shinohara e Gustavo Maia, de Brasília)

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

### Reitores esperam detalhes sobre plano do MEC e estudam até plebiscito

A maioria dos reitores tem mais dúvidas do que certezas em relação ao projeto Future-se, do Ministério da Educação (MEC), que amplia a verba privada das universidades federais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6360601/reitores-esperam-detalhes-sobre-plano-do-mec-e-estudam-ate-plebiscito>

topo ↕

## MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

### Educação de Teresina será modelo para Pernambuco

**Um seminário organizado pela Comunitas vai colocar a educação de Teresina no centro das atenções mais uma vez, servindo de modelo de boas práticas. O Replica Teresina acontece nos dias 25 e 26 de julho e contará com a participação de representantes das Secretarias Municipais de Educação de Caruaru, Petrolina e Paraty.**

Os municípios pernambucanos fazem parte do Programa Juntos, que estimula parcerias para melhorar a gestão pública, resultando no desenvolvimento local e aprimoramento dos serviços públicos.

O encontro de redes é uma forma de replicar em outras cidades e estados projetos bem-sucedidos que merecem ser compartilhados. Atualmente, capital brasileira com o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Teresina vai sediar o encontro, que começa com visita a seis unidades de ensino, entre centros municipais de educação infantil e escolas de ensino fundamental.

A ideia é conectar o grupo visitante aos gestores escolares para troca de experiências. No dia 26, o evento se concentra no Centro de Formação Odilon Nunes, de 8h30 às 17h, onde os participantes devem dialogar sobre políticas educacionais e os desafios para as redes municipais. Também conhecerão detalhes estratégicos da educação de Teresina, extraindo os principais aprendizados.

A programação inclui, ainda, discussão sobre o panorama de cada município, orientações sobre o plano de ação e até a construção do plano de forma coletiva, com contribuições sobre metodologias de sucesso. “Teresina mais uma vez é vista como exemplo de gestão bem-sucedida, é um prazer poder compartilhar nossa trajetória e melhorar as práticas a partir do compartilhamento de novas ideias”, afirma a secretária executiva de Ensino da Secretaria Municipal de Educação (Semec), Irene Lustosa.

topo ↕

## MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

### Escolas recebem orientações sobre o Censo Escolar

Para garantir que todas as Unidades de Ensino Municipal de Teresina participem corretamente do Censo Escolar, a Secretaria Municipal de Educação (Semec) está realizando, desde a última quinta-feira (18), durante todo o dia, encontros com diretores no auditório José Reis Pereira, na sede da própria Secretaria. Principal instrumento de coleta de informações da educação básica, o Censo é o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro nessa área.

A equipe de Informática da Semec está se reunindo em diferentes horários com grupos

de gestores das unidades de ensino divididos por área da cidade. Ao todo, 310 diretores estão recebendo as orientações necessárias sobre os procedimentos de atualização das informações de suas escolas no sistema nacional.

Os dados são referentes ao número de alunos matriculados, alunos transportados, estrutura física, livros didáticos, entre outros. O coordenador do Censo Escolar, Samuel de Sousa Silva, explica que Teresina possui um sistema próprio para manutenção dos dados, mas conta com a participação dos diretores para a atualização. “Temos um moderno sistema de gestão educacional, onde as escolas não precisam se preocupar com o preenchimento dos dados do Censo todos os anos, a própria equipe da SEMEC faz essa migração.

topo ↕

## **O ESTADO - MS - CIDADES**

### **Ano letivo será mantido mesmo com adiamento na volta às aulas**

#### **Alunos do ensino fundamental ganharam uma semana a mais de férias**

Após uma semana a mais de férias, os 88.023 mil alunos das 95 escolas do ensino fundamental da rede municipal de Campo Grande, retomaram às aulas ontem (22). A volta do recesso escolar estava prevista para a última terça-feira (16), mas segundo a secretária municipal de Educação, Elza Fernandes, o adiamento se deu devido a uma reestruturação no quadro de funcionários que a Prefeitura precisou fazer. “Uma das mudanças foi a substituição de 240 APEs que são os auxiliares educacional especializado que acompanham alunos com deficiência, pelos AEIs (Assistentes de Educação Inclusiva).

Além da substituição de profissionais do laboratório de matemática e ciências por professores regentes”, explica. Apesar de as aulas terem sido adiadas por uma semana, a secretária afirma ter boas expectativas para esse retorno. “Foi adiado por apenas uma semana devido algumas mudanças que tivemos que fazer, mas acredito que não terá nenhum impacto negativo. Vamos manter a qualidade no atendimento das nossas crianças”, completa.

Não haverá aula substitutiva no fim de semana, nem após a data final do ano letivo escolar. “Todos os alunos farão atividades programadas, esse formato tem amparo legal para ser aplicado, então as crianças devem desenvolver projetos interdisciplinares de acordo com o que for passado pelos professores, para posteriormente apresentar o trabalho desenvolvido em sala de aula” explica. Todos os professores vão receber comunicado de como as aulas devem proceder, para que não haja interferência no calendário final do ano letivo programado para 13 de dezembro.

#### **Substituição dos APEs**

Na semana passada, pais de alunos com deficiência e professores protestaram contra a substituição de alguns APEs, por AEI. Um concurso aberto no começo deste mês prevê a contratação de 200 profissionais de nível médio completo. O prefeito Marquinhos Trad informou que a medida ocorreu por determinação de uma portaria do MEC (Ministério da Educação) e que manterá o desligamento dos profissionais, com exceção dos alunos que têm síndromes mais graves.

topo ↕

## **O ESTADO - MS - CIDADES**

### **Atividade faz parte da 71ª edição da reunião da SBPC, realizada na UFMS**

Durante a 71ª edição da reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), o violonista e pesquisador sul-mato-grossense Júlio Borba e o também pesquisador e maestro paranaense Cainã Alves ministram minicursos sobre Etnomusicologia, que acontecem na sala 13, do Bloco 15, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, até o dia 25, das 8h às 10h.

A SBPC é o maior evento científico da América Latina e acontece até 27 de julho, na UFMS, oferecendo várias atividades abertas ao público de todas as idades com o objetivo de difundir os avanços da ciência e promover o debate sobre políticas públicas de Ciência e Tecnologia. Com o tema “Etnomusicologia: uma alternativa educacional e cultural em comunidades de prática”, Júlio e Cainã irão apresentar resultados práticos de suas pesquisas por meio de aulas interativas, na sala 13, do Bloco 15, da Universidade, do dia 22 ao dia 25, das 8h às 10h. Júlio acredita que seu trabalho de pesquisa demonstra a relação intelectual entre a música paraguaia e a brasileira, a partir do estudo da polca paraguaia, e é este o tema de suas palestras.

“Nestes cursos vou falar da minha pesquisa de doutorado sobre a influência paraguaia na música instrumental brasileira feita em Campo Grande Mato Grosso do Sul, que, por força das novas perspectivas musicais e culturais encontradas na etnografia realizada em Assunção e Ypacaraí, no Paraguai, demonstra que existe uma influência recíproca e fluída entre a música paraguaia e brasileira”, destaca.

“Assim, busco demonstrar, por meio de entrevistas, prática instrumental e escuta do acervo, que elementos consagrados da música brasileira feita por artistas como Hermeto Pascoal e Tom Jobim estão presentes na polca paraguaia tanto quanto ela influencia a música instrumental brasileira executada em Campo Grande”, aponta ainda o músico. Júlio Borba é licenciado em Música pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestre em Etnomusicologia pela UFPR (Universidade Federal do Paraná) e, atualmente, é doutorando em Música, também pela UFPR. Seu trabalho composicional tem ênfase na mistura entre o chamamé, polca paraguaia e a música instrumental brasileira. Em experiências proporcionadas por sua pesquisa, Júlio Borba já tocou com importantes músicos de Mato Grosso do Sul, como o saudoso acordeonista Dino.

topo ↕

## AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

### **Ministro da Educação, Abraham Weintraub discute com manifestantes no Pará Grupo entregou kafta em referência ao episódio em que errou o sobrenome do escritor Franz Kafka**

O ministro Abraham Weintraub (Educação) se envolveu em uma discussão com ativistas em Alter do Chão (PA), onde passa alguns dias com a família.

O ministro foi abordado por ativistas do Engajamundo, uma rede de jovens organizados pelo Brasil. O grupo entregou a ele uma kafta, referência irônica ao episódio no qual ele errou a pronúncia do sobrenome do celebrado escritor Franz Kafka, chamando-o pelo nome da iguaria árabe.

O cartaz que uma manifestante segurava fazia referência também a outras polêmicas envolvendo Weintraub, como o anúncio de corte de verbas de três universidades por "balbúrdia" e a tentativa do ministro de explicar com chocolates o contingenciamento estendido a todas as federais.

Weintraub reagiu. Pegou o microfone de músicos que faziam uma apresentação no local e disse que estava de férias com a família. Depois, disparou críticas contra o PT, Lula e até Che Guevara.

Vaiado pela maior parte dos que estavam jantando nos restaurantes com mesas na calçada, o ministro acabou atraindo mais manifestantes além dos ativistas do Engajamundo. Alguns chegaram perto e bateram boca com ele e a sua mulher, que saiu da mesa para defendê-lo, aos gritos.

Pouco antes de deixar a praça, o ministro chegou a pegar a filha caçula no colo enquanto discutia com um grupo de opositores. "Aqui ó, corajoso", gritava, apontando para a menina em seus braços.

O ativista, um indígena, respondeu: "Eu também tenho filhos". O ministro retrucou dizendo que não ia "à sua casa, enquanto você está comendo", mas foi interrompido. "Você está na minha casa."

Weintraub, então, afirmou que "não é porque você está com um cocar que você é mais brasileiro do que eu, seu babaca".

O ministro foi convencido pela família a sair e deixa o local sob gritos de "fazendo balbúrdia" e "fascista".

## BALBÚRDIA E CHOCOLATE

Em abril, o ministro causou polêmica ao afirmar que o MEC cortaria verbas de três universidades federais com base em princípios ideológicos.

O bloqueio de 30% seria praticado para a UnB, Ufba e UFF. O ministro indicou, em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo, que se tratava de uma retaliação a atividades políticas ocorridas dentro dessas unidades, o que ele havia chamado de "balbúrdia", e ao que considerou como fraco rendimento acadêmico.

"A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo", disse ele, dando como exemplo de bagunça a presença de sem-terra e "gente pelada" dentro do campus. "A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking", completou.

Apesar de alegar que essas federais teriam fracos resultados acadêmicos, essa afirmação não é confirmada pelos indicadores.

As três federais ficaram entre as 20 melhores universidades do país na última edição do RUF (Ranking Universitário Folha). Segundo a plataforma de produção acadêmica Web of Science, as três estão entre as 11 instituições brasileiras que mais ampliaram o número de artigos de 2008 a 2017.

Após uma onda de críticas, o governo Jair Bolsonaro (PSL) resolveu estender o bloqueio de 30% dos recursos a todas as universidades federais.

No início de maio, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) fez uma transmissão ao vivo pelas

redes sociais. O presidente convidou o ministro para explicar os cortes das universidades federais.

"Deu uma certa polêmica aí, mas ele vai explicar", disse Bolsonaro.

Sentado ao lado do presidente, Weintraub usou quatro caixas de chocolates para fazer uma analogia ao corte de verba. No total, elas somavam cem bombons.

Para sustentar a argumentação de que o governo não está fazendo corte, mas contingenciando os recursos, ele reservou parte dos chocolates e disse que eles devem ser guardados para serem comidos depois.

"A gente não está falando pra pessoa que a gente vai cortar. Não está cortado. Deixa pra comer depois de setembro. É só isso que a gente está pedindo. Isso é segurar um pouco. Agora eu me pergunto, senhor presidente, o senhor já passou por uma situação dessa? Um imprevisto, uma dificuldade na vida, e falou assim: segura um pouco. Se alguém falasse assim, três chocalatinhos e meio, 3,5% dos 100, 3,5% segura, porque o salário está integralmente preservado e pago no dia. A gente tem todo auxílio aos alunos pago, e agora ficam espalhando que a gente está fechando tudo", disse.

Ao ver que Weintraub abria o quarto chocolate para produzir o meio ponto percentual de sua analogia, Bolsonaro esticou a mão e comeu a porção que ficava de fora da conta.

"Tá bom o chocolate?", perguntou o ministro ao presidente ao terminar sua explanação. "Tá excelente", respondeu Bolsonaro, "vou até confiscar alguns de você, tá ok?".

topo ↕

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

### **MEC tira dúvidas sobre o programa Future-se**

#### **Ministério enviou série de perguntas e respostas para esclarecer pontos sobre o programa**

O programa Future-se, proposto pelo Ministério da Educação (MEC), gerou muitas dúvidas ao propor a entrada de recursos particulares em universidades públicas. Para esclarecer questões, a pasta preparou um tira-dúvidas sobre a iniciativa. Confira na íntegra:

Perguntas e respostas do Future-se, programa de autonomia financeira do ensino superior

#### 1. O que é o Future-se?

O Future-se busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais. Essas ações serão desenvolvidas por meio de parcerias com organizações sociais. O programa se divide em três eixos.

#### 2. Quais são os três eixos?

Gestão, Governança e Empreendedorismo

promover a sustentabilidade financeira, ao estabelecer limite de gasto com pessoal nas universidades e institutos — hoje, em média, 85% do orçamento das instituições são destinados para isso;

estabelecer requisitos de transparência, auditoria externa e compliance;

criar ranking das instituições com prêmio para as mais eficientes nos gastos;



gestão imobiliária: estimular o uso de imóveis da União e arrecadar por meio de contratos de cessão de uso, concessão, fundo de investimento e parcerias público-privadas (PPPs);  
propiciar os meios para que departamentos de universidades/institutos arrecadem recursos próprios, estimulando o compartilhamento de conhecimento e experiências entre eles;  
autorizar naming rights (ter o nome de empresas/patrocinadores e patronos na instituição) nos campi e em edifícios, o que possibilitaria a manutenção e modernização dos equipamentos com apoio do setor privado.

## Pesquisa e Inovação

instalar centros de pesquisa e inovação, bem como parques tecnológicos;  
assegurar ambiente de negócios favorável à criação e consolidação de startups, ou seja, de empresas com base tecnológica;  
aproximar as instituições das empresas, para facilitar o acesso a recursos privados de quem tiver ideias de pesquisa e desenvolvimento;  
premiar os principais projetos inovadores, com destaque para universidades e institutos que tiverem melhor desempenho, respeitada as condições iniciais e especificidades de cada um.

## Internacionalização

estimular intercâmbio de estudantes e professores, com foco na pesquisa aplicada;  
revalidação de títulos e diplomas estrangeiros por instituições públicas e privadas com alto desempenho, de acordo com critérios do MEC;  
facilitar o acesso e a promoção de disciplinas em plataformas online;  
firmar parcerias com instituições privadas para promover publicações de periódicos fora do país;  
possibilitar bolsas para estudantes brasileiros com alto desempenho acadêmico e atlético em instituições estrangeiras.

### 3. Quais as principais vantagens do programa?

O Future-se permite que universidades e institutos aumentem as receitas próprias por meio de fomento à captação de recursos próprios e com maior segurança jurídica. Além disso, terão mais flexibilidade para realizar despesas e poderão se tornar menos dependentes do orçamento, contingenciamento e PEC do gasto.

### 4. Isso significa que as universidades serão privatizadas?

As universidades não serão privatizadas. O governo federal continuará a ter um orçamento anual destinado para as instituições.

### 5. Todas as universidades terão que participar?

Não, a adesão ao programa é voluntária. As instituições que não aderirem continuarão a receber os recursos do governo federal como já acontece hoje.

### 6. Como funcionará o fundo do Future-se, apelidado de Fundo Soberano do Conhecimento?

Trata-se de um fundo de direito privado que permitirá o aumento da autonomia financeira das instituições federais de ensino. O Fundo ampliará o financiamento para as atividades de pesquisa, extensão e desenvolvimento, empreendedorismo e inovação. A

administração do fundo é de responsabilidade de uma instituição financeira privada e funcionará sob o regime de cotas.

7. O que é uma Organização Social?

Organização social é uma associação privada que recebe recursos do Estado para prestar serviço de interesse público, como saúde e educação.

8. Qual o papel da OS no programa?

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão, firmados pela União e pela Instituição Federal de Ensino Superior, com organizações sociais cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à cultura e estejam relacionadas às finalidades do Future-se.

Continua depois da publicidade

Os contratos de gestão poderão ser celebrados com organizações sociais já qualificadas pelo MEC. Além disso, as fundações de apoio poderão ser qualificadas como organizações sociais. A organização social contratada poderá manter escritórios, representações, dependências e filiais em outras unidades da Federação, podendo a IFES viabilizar a instalação física destes em suas dependências;

9. O MEC vai parar de financiar as universidades federais?

Não, o governo federal continuará a ter um orçamento anual destinado para as instituições.

10. Como faço para contribuir com o programa?

Qualquer cidadão pode participar da consulta pública até 15 de agosto para dar sugestões para o Future-se.

[topo](#)

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

### **Bolsonaro não vai impedir divulgação de dados pelo Inpe, diz porta-voz Segundo Otávio Rêgo Barros, o presidente quer ter acesso aos dados antes da divulgação para possíveis correções**

Em um pronunciamento na tarde desta segunda-feira (22/7), o porta voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, garantiu que o governo não tem a intenção de impedir a divulgação de dados apurados pelo Instituto Nacional de Pesquisa (Inpe). A afirmação desfaz o problema causado pelo entendimento de que Bolsonaro avalia os dados antes de eles serem divulgados à sociedade.

“Absolutamente, o Planalto trabalha pelo princípio da transparência e a intenção do presidente é identificar no relatório quais as demandas e ações prospectivas para corrigir, se for o caso, e potencializar eventuais dados. Absolutamente, não há ideia do presidente ou do governo de ferir essa cláusula pétrea que é a transparência do poder Executivo para com a nossa sociedade”, disse.

No último dia 21, o presidente Jair Bolsonaro voltou a criticar os dados sobre desmatamento produzidos pelo Inpe e o diretor da entidade, Ricardo Galvão. Ele anunciou ainda que iria designar um ministro para discutir com Galvão os dados de desmatamento que, na opinião do presidente, não correspondem à verdade. Ele acrescentou que seu governo não quer fazer "propaganda negativa do Brasil".

"Eu não vou falar com ele. Quem vai falar com ele vai ser o ministro Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) e talvez, também, o Ricardo Salles (Meio Ambiente). O que nós não queremos é uma propaganda negativa do Brasil. A gente não quer fugir da verdade, mas aqueles dados pareceram muito com os do ano passado, e deu um salto", disse o presidente.

Nesta segunda-feira (22), o ministro Marcos Pontes (Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) divulgou uma nota em que afirma compartilhar da estranheza expressa por Bolsonaro quanto aos dados do desmatamento que o Inpe produz. Pontes solicitou um relatório técnico contendo os resultados da série histórica dos últimos 24 meses, assim como informações detalhadas sobre os dados brutos, a metodologia aplicada e quaisquer alterações significativas desses fatores no período.

"Embora entenda o contexto do fator emocional, discordo do meio e da forma utilizada pelo diretor, visto que não corresponderam ao tratamento esperado na relação profissional, especialmente com o Chefe do Executivo do País. Em consequência, o Diretor do INPE foi convidado pelo MCTIC para esclarecimentos e orientações. A partir dessa reunião serão definidos novos passos", disse o ministro.

O Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), por sua vez, lançou um manifesto em defesa do instituto demonstrando preocupação com as ações recentes do presidente que colocariam em risco o patrimônio científico estratégico para o desenvolvimento do país, declarando apoio integral ao diretor Ricardo Galvão.

"Críticas sem fundamento a uma instituição científica, que atua há cerca de 60 anos e com amplo reconhecimento no País e no exterior, são ofensivas, inaceitáveis e lesivas ao conhecimento científico", defende a entidade.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **UEPB vai ampliar carga horária e disponibilizar conteúdo online da disciplina de Libras**

#### **Instituição pretende elevar para 75 horas a carga horária do componente curricular**

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) vai ampliar a quantidade de horas da disciplina de Libras ofertada nos cursos de graduação e mesclar o conteúdo entre aulas presenciais e aulas na modalidade de Educação à Distância (EAD). Atualmente, a instituição conta com a disciplina de Libras ofertada de forma obrigatória em todos os cursos de Licenciatura e como disciplina optativa em alguns bacharelados.

A iniciativa é da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), em parceria com o Núcleo de Educação Especial e o GT Diversidade Cultural e Inclusão Social, e pretende elevar para 75 horas a carga horária do componente curricular, sendo 30 horas presenciais e 45 horas em EAD, para todos os cursos que a ofertam. Para complementar as aulas presenciais, estão sendo preparados materiais didáticos diversos, inclusive videoaulas.

O componente curricular de Libras é de 60 horas para o curso de Pedagogia e 30 horas para as demais licenciaturas. Segundo a UEPB, a demanda de alunos surdos tem crescido nos últimos anos, o que implica na necessidade de ofertar a disciplina e preparar profissionais que atuarão em sala de aula.

A proposta entrará em fase de testes a partir do próximo semestre e deve ser implantada

definitivamente no semestre letivo de 2020.1. Por enquanto, os professores de Libras da UEPB estão produzindo o material a ser utilizado nas aulas à distância. As gravações do material estão sendo realizadas no estúdio de TV da Coordenadoria de Comunicação da instituição.

Uma das novidades é que a disciplina no formato parcialmente presencial e parcialmente em EAD também será ofertada para os servidores da Universidade que tenham interesse em aprender Libras. Atualmente, a UEPB conta com três professores surdos e dois intérpretes que trabalham com a língua de sinais.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Anúncio de programa do MEC deixa reitores de universidades federais apreensivos**

#### **UFMG, que sofreu corte de 30% no orçamento, criou um grupo de trabalho para analisar o Future-se. Governo federal afirma que a ideia é garantir a autonomia financeira das instituições.**

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) criou um grupo de trabalho para analisar o programa "Future-se", anunciado na semana passada pelo governo federal. O Ministério da Educação (MEC) afirma que a ideia é garantir a autonomia financeira das universidades e institutos federais, mas muitos reitores estão apreensivos.

“Nossa preocupação é com o presente, 30% do nosso orçamento foi cortado. Foi um bloqueio que não foi modificado até agora. Claro que temos que pensar no futuro, mas é importante o desbloqueio do orçamento para que nós possamos terminar o ano, fazer a gestão e que esse projeto não seja substitutivo, mas complementar, suplementar. E isso nós esperamos que seja dessa forma, mas há uma apreensão diante do que temos até agora”, disse a reitora da UFMG Sandra Regina.

O MEC abriu para consulta pública detalhes do programa Future-se que, segundo o governo, levará universidades e institutos federais a ter acesso a mais de R\$ 100 bilhões com parcerias público-privadas e patrocínios.

A proposta prevê a contratação de organização social pelo MEC para a gestão de programas das universidades.

Segundo o ministério, a adesão será voluntária. O programa será financiado por um fundo privado, administrado por uma instituição financeira. A intenção é que as instituições tenham mais autonomia financeira e não fiquem à mercê de flutuações no orçamento da União.

#### **Investigação**

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou três inquéritos civis para investigar as consequências dos cortes nos orçamentos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET) e do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), anunciado pelo Ministério da Educação.

O órgão pediu ao Ministério da Economia para que informe o resultado do estudo que fundamentou as determinações. As instituições federais também devem informar se

foram consultadas sobre “eventual extinção de cargos em comissão e funções de confiança”.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Não há intenção de ferir a transparência de dados do Inpe, diz porta-voz**

O porta-voz da Presidência da República, general Otávio Rêgo Barros, afirmou nesta noite que não há intenção do presidente Jair Bolsonaro de ferir a transparência de dados sobre desmatamento divulgados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) - e alvos de crítica do presidente.

"Absolutamente não há intenção do presidente, do governo, de ferir essa cláusula pétrea que é a transparência do Poder Executivo com a nossa sociedade", afirmou o porta-voz.

A declaração foi dada após o presidente defender "disciplina e hierarquia" para publicação das informações e dizer que não quer ser "pego de calças curtas" com questões importantes que podem prejudicar negociações comerciais do Brasil.

"Planalto sempre trabalha pelo princípio da transparência. A intenção do senhor presidente é identificar desde pronto o relatório, quais são as demandas e as ações prospectivas para corrigir se for o caso e para potencializar eventuais dados que ali ocorram no relatório", afirmou o porta-voz.

Os dados produzidos pelo projeto Deter --aos quais o presidente Bolsonaro se referiu em sua fala mais cedo-- são diariamente enviados ao Ibama e mostram a tendência de desmate na Amazônia.

As informações consolidadas sobre o desmatamento total no ano são produzidas pelo Prodes, outro projeto do Inpe.

Na sexta-feira passada, Bolsonaro chamou os dados sobre desmatamento de "mentirosos" e disse o presidente do Inpe, Ricardo Galvão, parecia ser "alguém vinculado a alguma ONG".

Segundo os dados do Deter, mais de 1.000 quilômetros quadrados de floresta amazônica foram derrubados na primeira quinzena deste mês -um aumento de 68% em relação a julho de 2018.

No fim de semana, Galvão, disse que "pode até ser demitido", mas que o instituto tem solidez para resistir aos ataques do governo. O instituto também foi defendido por agremiações de cientistas como a SBPC e a ABC.